



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

**DA LEGISLAÇÃO À PRÁTICA:
Uma análise do Programa Auxílio Permanência,
da Política de Assistência Estudantil
do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília
para os estudantes em vulnerabilidade social**

ANDRÉA PINTO GRAÇA PARENTE

BRASÍLIA – DF
2013

ANDRÉA PINTO GRAÇA PARENTE

**DA LEGISLAÇÃO À PRÁTICA:
Uma análise do Programa Auxílio Permanência,
da Política de Assistência Estudantil
do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília
para os estudantes em vulnerabilidade social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas.

BRASÍLIA – DF

2013

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Dissertação de Mestrado

ANDRÉA PINTO GRAÇA PARENTE

**DA LEGISLAÇÃO À PRÁTICA:
Uma análise do Programa Auxílio Permanência,
da Política de Assistência Estudantil
do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília
para os estudantes em vulnerabilidade social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas - Orientadora
Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof. Dr. Bernardo Kipnis – Membro
UnB

Prof^a. Dr^a. Neuza Farias de Araújo – Membro
UnB

Prof^a. Dr^a. Olgamir Francisco de Carvalho – Suplente
UnB

Aprovado em ____/____/____

Dedico essa pesquisa aos que desejam consolidar a Assistência Estudantil como um direito fundamental à Educação, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e a inclusão social dos alunos em condição de vulnerabilidade social.

A todos que lutam pela Assistência Estudantil e pela Educação pública gratuita e de direito!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que iluminou o meu caminho, me deu forças, garra e determinação para superar as adversidades e tornar esse sonho possível.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), aos professores do curso e, em especial, ao Prof. Dr. Bernardo Kipnis que me deu grandes direcionamentos para a realização desta produção científica.

À Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição da Silva Freitas, um profundo agradecimento pela convivência nessa etapa de elaboração da pesquisa, repleta de aprendizados e por colocar sua inteligência e competência no exercício da orientação.

Aos professores Dr. Bernardo Kipnis, Dr^a Maria da Conceição da Silva Freitas e Dr^a Neuza Farias de Araújo pela aceitação do convite para compor a banca examinadora e pelas relevantes contribuições desde a qualificação.

Aos colegas do curso de Pós-Graduação em Educação pela troca de ideias, discussões teóricas, generosidades, amizades e boas risadas nos momentos de descontração.

Às minhas dedicadas estagiárias de Serviço Social Vanessa e Rhayane pela troca de experiências, compartilhamento de material de estudo e pela dedicação ao trabalho.

A todos os alunos contemplados com o Programa Auxílio Permanência (PAP) que colaboraram imensamente de forma amável e solícita, durante a coleta de dados e na busca de informações para o estudo.

À minha querida mãe que sempre entendeu, apoiou e contribuiu com as minhas buscas pelo conhecimento. Sem ela, eu não teria chegado até aqui.

Ao meu irmão Felipe, por acreditar sempre em mim, pelo carinho, pelo apoio e pela torcida.

Aos meus filhos Renato e a pequena Jullie que compreenderam os meus momentos de afastamento e isolamento, os quais foram necessários para a concretização de mais esta etapa do meu aprimoramento intelectual.

Ao meu querido esposo Carlos Magno, companheiro e incentivador constante. Agradeço pelo apoio, pela força e pelas enormes contribuições que se refletiram em muitas conquistas pessoais e profissionais. Amo você!!!

Não basta ter belos sonhos para realizá-los.

Mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande. Podemos mudar o nosso destino, se nos dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais. É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho;

de examinar com atenção a vida real;

de confrontar nosso sonho;

de realizar escrupulosamente nossa fantasia.

Sonhos acredite neles.

Lênin

RESUMO

O presente trabalho analisou o Programa Auxílio Permanência (PAP), da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB) para os alunos em vulnerabilidade social. A pesquisa, de cunho quantitativo, com apoio em dados qualitativos, permitiu um entendimento mais aprofundado da subjetividade dos sujeitos atendidos pelo PAP. Como problema a ser desvendado por esse estudo, indagou-se: Será que o Auxílio Permanência faz a diferença na vida estudantil dos alunos contemplados? O método de análise foi o Estudo de Caso. Com a pesquisa bibliográfica obteve-se um aprofundamento dos estudos, que permitiu um reforço paralelo na análise. A pesquisa de campo realizou-se no IFB – *Campus Brasília*, abrangendo o universo dos 44 alunos atendidos pelo referido programa durante o período de um ano e meio, ou seja, três semestres: 2011/2; 2012/1 e 2012/2. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário, realizadas entrevistas, utilizado diário de campo, além da análise de documentos institucionais, como: diários de aulas dos professores, resoluções, legislações e históricos institucionais. Na primeira parte do trabalho tem-se um resgate histórico das Políticas de Assistência Estudantil no Brasil e os dados revelam duas fases distintas. A primeira fase é marcada por ações de caráter pontual, descontínuo e falta de recursos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, inaugura-se a segunda fase. Ampliam-se os debates e há maior investimento de recursos do Governo Federal, culminando na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que orientou a elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFB. Os resultados desse trabalho permitem identificar o perfil socioeconômico dos alunos atendidos pelo PAP e a percepção dos sujeitos participantes do programa em questão. Conclui-se que, o recebimento do Auxílio Permanência proporcionou aos estudantes, um rendimento acadêmico de 76,95, portanto, acima da média exigida (60,00). Quanto à frequência evidenciou-se um percentual de faltas de 10,46%, isto é, abaixo da média permitida.

Palavras-chave: Educação Profissional. Assistência Estudantil. Auxílio Permanência. Vulnerabilidade Social

ABSTRACT

This study examined the Permanency Assistance Program, the Student Assistance Policy of the Instituto Federal de Brasília - IFB for students in social vulnerability. The research, a quantitative, supported by qualitative data enabled a deeper understanding of the subjectivity of the subjects treated by the PAP. As a problem to be solved by this study asked is: Does Aid Permanence makes a difference in the student lives of awarded students? The analysis method was the case study. With the literature search yielded a deepening of the studies, which increased in parallel analysis. The fieldwork took place in the IFB - *Campus Brasília*, covering the universe of 44 students served by the program during the period of a year and a half, or three semesters: 2011/2; 2012/1 and 2012/2. For data collection was a questionnaire, interviews, field diary used in addition to the analysis of institutional documents, such as: daily classes of teachers, resolutions, laws and institutional history. In the first part of the work has a historical Student Assistance Policies in Brazil and the data reveal two distinct phases. The first phase is marked by punctual actions, discontinuous and lack of resources. With the promulgation of the Constitution of 1988 to the present day, inaugurated the second phase. Are extended debates and no greater investment of resources of the federal government, culminating in the creation of the National Student Assistance - PNAES, which guided the development of the Student Assistance Policy IFB. The findings identifying the socioeconomic profile of students served by the PAP and the perception of the subjects participating in the program in question. We conclude that, receiving the aid provided to students Permanence, one academic performance of 76.95 therefore above average required (60,00). As the frequency was evidenced a percentage of faults 10.46%, therefore below the average allowed.

Keywords: Professional Education. Student Assistance. Aid Permanence. Social Vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Art.	- Artigo
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CEFET	- Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CEP	- Centro de Educação Profissional
CAP	- Colégio Agrícola de Brasília
CF	- Constituição Federal
CGAE	- Coordenação Geral de Assistência Estudantil
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
CS	- Conselho Superior
DAE	- Departamento de Assistência ao Estudante
DF	- Distrito Federal
DOU	- Diário Oficial da União
ETB	- Escola Técnica de Brasília
ETF	- Escola Técnica Federal
FIC	- Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE	- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
G1	- Grupo 1: situação insuficiente para a manutenção do estudante no Instituto Federal de Brasília (alta vulnerabilidade socioeconômica)
G2	- Grupo 2: situação parcialmente suficiente para a manutenção do estudante no Instituto Federal de Brasília (média vulnerabilidade socioeconômica)
IES	- Instituição de Educação Superior
IF	- Instituto Federal
IFB	- Instituto Federal de Brasília
IFES	- Instituição Federal de Ensino Superior
ETB	- Escola Técnica de Brasília
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC	- Ministério da Educação
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAP	- Programa Auxílio Permanência
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SESu	- Secretaria de Educação Superior
UnB	- Universidade de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de amostragem dos <i>campi</i> do Instituto Federal de Brasília no Distrito Federal.....	30
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantitativo de auxílios ofertados do tipo G1 ou G2 – 2012/1.....	42
Tabela 2 -	Histórico da oferta do Programa Auxílio Permanência.....	43
Tabela 3 -	Início da participação no Programa Auxílio Permanência.....	50
Tabela 4 -	Opinião sobre os critérios para participação no Programa Auxílio Permanência.....	50
Tabela 5 -	Quantitativo de auxílios ofertados – 2012/1.....	50
Tabela 6 -	Quantitativo de participantes por curso.....	51
Tabela 7 -	Turno das aulas dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.....	52
Tabela 8 -	Faixa etária dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.....	52
Tabela 9 -	Sexo dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.....	52
Tabela 10 -	Escolaridade dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.....	53
Tabela 11 -	Renda <i>per capita</i> familiar mensal dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.	54
Tabela 12 -	Situação de moradia dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.....	54
Tabela 13 -	Local de moradia dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.....	54
Tabela 14 -	Participação em Programas Sociais do Governo Federal.....	55
Tabela 15 -	Percepção do aluno sobre o Programa Auxílio Permanência.....	56
Tabela 16 -	Objetivo do Auxílio Permanência na percepção do aluno partícipe do Programa Auxílio Permanência.....	58
Tabela 17 -	Utilização do Auxílio Permanência.....	60
Tabela 18 -	Importância do Programa Auxílio Permanência na vida estudantil do aluno partícipe do Programa Auxílio Permanência..	62
Tabela 19 -	Opinião sobre a influência do Auxílio Permanência no rendimento escolar do aluno partícipe do Programa Auxílio Permanência.....	63

Tabela 20 -	Opinião sobre a influência do Auxílio Permanência em evitar a evasão escolar do partícipe do Programa Auxílio Permanência...	64
Tabela 21 -	Aspectos que podem melhorar a atuação da Assistência Estudantil no Instituto Federal Brasília.....	65
Tabela 22 -	Média geral do curso Técnico em Informática.....	68
Tabela 23 -	Média geral do curso Técnico em Serviços Públicos.....	69
Tabela 24 -	Média geral do curso Técnico em Eventos.....	70
Tabela 25 -	Média geral do curso Licenciatura em Dança.....	71
Tabela 26 -	Média geral do curso FIC – Espanhol.....	71
Tabela 27 -	Panorama geral da frequência e do rendimento dos alunos partícipes do Programa Auxílio Permanência.....	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	19
2.1 OBJETIVO GERAL	19
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
3 HIPÓTESES	21
4 REFERENCIAL TEÓRICO	22
4.1 MARCOS HISTÓRICOS	22
4.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PANORAMA ATUAL	25
4.3 RESGATE HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INSTITUTO FEDERAL BRASÍLIA	28
4.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL BRASÍLIA E OS ALUNOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL	31
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
5.1 OPÇÃO METODOLÓGICA	37
5.2 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E SUJEITOS DA PESQUISA	39
5.2.1 Histórico dos processos seletivos	40
5.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	43
5.4 ANÁLISE DOS DADOS	47
6 QUEM SÃO OS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA: OS SUJEITOS DA PESQUISA	49
6.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA	55
6.2 FREQUENCIA E RENDIMENTO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA – GRUPOS 1 E 2	67
6.2.1 Curso: Técnico em Informática	68
6.2.2 Curso: Técnico em Serviços Públicos	69
6.2.3 Curso: Técnico em Eventos	69
6.2.4 Curso: Licenciatura em Dança	70
6.2.5 Curso: FIC - Espanhol	71
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	84

APÊNDICE A	85
APÊNDICE B	86
APÊNDICE C	87
APÊNDICE D	90
APÊNDICE E	91
APÊNDICE F.....	94
APÊNDICE G	96
APÊNDICE H	118

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa analisou o desenvolvimento do Programa Auxílio Permanência (PAP), da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB) para os estudantes em vulnerabilidade social, por um período de três semestres, ou seja, 2011/2; 2012/1 e 2012/2. Dessa forma, foi possível descrever o perfil dos alunos participantes do referido programa, conhecer a respeito de suas percepções e acompanhar a frequência e o rendimento desses estudantes, analisando os impactos e/ou as consequências desta política, junto à comunidade discente.

A Política de Assistência Estudantil constitui-se num dos mecanismos de promoção de condições de permanência e apoio à formação acadêmica de estudantes que se encontrem em vulnerabilidade social. Esse atendimento tem o objetivo de implementar ações que minimizem as necessidades socioeconômicas e pedagógicas, buscando promover a justiça social e a formação integral do corpo discente.

A Constituição Federal (CF) de 1988 enuncia a Educação como um direito de todos, dever do Estado e da família, com a tríplice função de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto do Estado Democrático e qualificá-lo para o mundo do trabalho. A educação representa, ao mesmo tempo, tanto mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo, como da própria sociedade em que ele se insere.

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciada em 2010, um dos desafios no âmbito da democratização do ensino profissional consiste em garantir a permanência dos alunos e evitar a evasão escolar. Nessa perspectiva, a Assistência Estudantil constituiu-se numa ferramenta essencial.

O IFB, campo empírico deste trabalho, foi criado através da Lei nº. 11.892, em dezembro de 2008, passando a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, existente em todo o Brasil e, que atualmente contabiliza 354 *Campi*, presentes em 321 municípios. É uma instituição pública que oferece Educação Profissional gratuita, na forma de cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC), Educação Profissional Técnica de nível médio e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação, articulados a

projetos de pesquisa e extensão. Através de sua estrutura *multicampi*, diversifica o seu atendimento e valoriza as potencialidades econômicas das regiões administrativas do Distrito Federal (DF). É composto por uma Reitoria e oito *Campi* distribuídos pelo Distrito Federal: Plano Piloto, Gama, Planaltina, Taguatinga Centro, Taguatinga, Riacho Fundo, São Sebastião, e, mais recentemente, *Campi* Estrutural e Ceilândia.

A partir da CF de 1988, que representou um marco histórico no que tange às questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos, a Assistência Social passou a ser um direito e dever do Estado. A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está relacionada com a trajetória da Política de Assistência Social, pois, ambas são resultantes das lutas pela inclusão dos direitos sociais como responsabilidade do Estado na Carta Magna.

Em 1987, período de transição para a democracia, surgiram duas grandes frentes políticas de discussão sobre questões educacionais, em especial relativas à Assistência Estudantil: o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para a permanência e a conclusão do curso, prevenindo problemas como evasão e retenção, decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos identificados em estado de vulnerabilidade social.

As consequências desses problemas provocam muitos prejuízos pois, impedem que recursos sejam direcionados para receber novos alunos, uma vez que são reaplicados no ensino dos mesmos estudantes, que, por falta de um adequado acompanhamento, acabam repetindo o semestre, abandonando e, outras vezes, retornando aos cursos.

A Política de Assistência Estudantil do IFB é norteada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sustentado no Decreto nº. 7.234, de 07 de julho de 2010, cujos objetivos são:

- I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

- II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III. Reduzir as taxas de retenção e de evasão;
- IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Pela análise histórica constata-se que as camadas mais empobrecidas são as que têm menos anos de estudo e as que menos têm condições de se manterem principalmente nos ensinos médio e superior. Várias pesquisas realizadas nesta área mostram que estas camadas iniciam a vida escolar e, por questões de vulnerabilidade econômica, social, familiar ou territorial acabam por abandonar os estudos, que por sua vez, poderia ter sido uma das únicas oportunidades de ascensão social. De acordo com o Plano Nacional de Educação:

A crise educacional brasileira tem-se expressado ao longo de décadas em duas dimensões principais. Uma, refere-se ao alarmante estado a que foi pouco a pouco reduzido o sistema marcado, sobretudo, por altos índices e preocupantes características de exclusão social: elevados percentuais de repetência e evasão escolar; persistência do analfabetismo, absoluto (mais de 20 milhões, segundo dados do IBGE) e funcional; um dos mais baixos percentuais latino-americanos de matrícula no ensino médio (cerca de 25% da população na faixa etária de 15-17 anos); padrões aviltantes de remuneração e condições de trabalho dos profissionais que atuam na área da educação. Outra, não menos grave, diz respeito à contradição historicamente verificável, entre a retórica e a ação governamental no tocante às políticas públicas, notadamente àquelas das áreas sociais (II CONED, 1997, n. p.).

Segundo Almeida (2000), a crise estrutural do sistema educacional brasileiro não permite a universalização do ingresso na educação escolarizada. Em razão das condições objetivas da luta pela sobrevivência, que obriga grande parte da população a optar pelo trabalho, a Política Educacional no Brasil mostra-se atualmente atravessada por um forte traço assistencial com programas focados nos diferentes segmentos das classes subalternizadas.

Enquanto mecanismo de direito social, a Assistência Estudantil tem por finalidade disponibilizar os recursos necessários para a superação de obstáculos e impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se satisfatoriamente durante a realização do curso e obtenha êxito curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de evasão e de trancamento de matrícula.

A Política de Assistência Estudantil do IFB tem o objetivo de promover a inclusão, a participação e a justiça social para o público de discentes, abrangendo suporte material, pedagógico, sociofamiliar e psicossocial. A Assistência Estudantil constituiu-se num eixo construtor de formação socioeducacional e requer uma capacidade de articulação com todos os profissionais que compõem a comunidade escolar, pois, exige uma ação coletiva e permanente, que demanda o trabalho de uma equipe multidisciplinar, formada por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, com o propósito de dar encaminhamento às diversas demandas que chegam ao setor.

A discussão sobre a Assistência Estudantil é de grande relevância, visto que, o Brasil é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social do mundo. Segundo dados do primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010) sobre América Latina e Caribe, tem o terceiro pior índice de desigualdade no mundo e, apesar do aumento dos gastos sociais nos últimos dez anos, apresenta uma baixa mobilidade social e educacional entre gerações, diz o estudo do órgão da ONU concluído em julho de 2010.

A concepção da Assistência Estudantil no IFB não está pautada em cunho assistencialista, clientelista, de manutenção da dependência, ou mero repasse de auxílios materiais. Entretanto, privilegia uma formação educacional, política e cidadã, que não exige contrapartidas meramente laborais, as quais acabam por despender o tempo de estudo necessário para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem em trabalhos contraproducentes e desvinculados da questão educativa (IFB, 2009).

Trabalhar e estudar é uma condição que se constata em todas as camadas sociais, entretanto, o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas, é mais expressivo nas camadas provenientes das classes populares.

Para que os alunos possam desenvolver-se em sua plenitude escolar, faz-se necessário associar a qualidade do ensino à uma política efetiva de assistência, em termos de transporte, alimentação, moradia, cultura e lazer. O estudante para desempenhar o seu papel social, precisa de material didático, de equipamentos de aprendizagem prática, de acesso à informação, de oportunidade para participar de eventos acadêmicos e culturais.

Esse conjunto de fatores respaldou a importância de aprofundar o conhecimento sobre a implementação da Política de Assistência Estudantil do IFB, cujo objetivo geral consiste em promover a redução e/ou eliminação da evasão e da retenção, saída socioprofissional com êxito e permanência cidadã e emancipatória em concordância com os objetivos descritos no PNAES do Governo Federal.

Através da realização desta pesquisa pode-se concluir que a concessão do Auxílio Permanência garantiu a oportunidade de êxito escolar na trajetória dos estudantes em vulnerabilidade social, participantes do programa em questão, e constatar a relevância institucional da realização deste trabalho, com vistas a consolidar o trabalho da Coordenação Geral de Assistência Estudantil no IFB.

O problema desta pesquisa configurou-se a partir da seguinte questão: Será que o Auxílio Permanência faz diferença na vida estudantil dos alunos contemplados? A seguir, tem-se outras questões de pesquisa:

- Em que medida o Auxílio Permanência constitui-se em uma ferramenta que contribui para evitar a evasão dos alunos em vulnerabilidade social?
- Será que o Auxílio Permanência contribui para a melhoria do desempenho escolar do aluno participante do Programa Auxílio Permanência (PAP)?

4742 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar o Programa Auxílio Permanência (PAP), dentro da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB) para os estudantes que estão em vulnerabilidade social.

2.2 Objetivos específicos

- Realizar um levantamento acerca do perfil socioeconômico dos alunos do IFB que são atendidos através da Política de Assistência Estudantil;
- Analisar o relato dos alunos contemplados com o Auxílio Permanência;
- Acompanhar a frequência e o rendimento dos alunos contemplados com o

PAP no período de 2011/2, 2012/1 e 2012/2, para que se possa analisar se o objetivo do referido Programa foi alcançado.

3 HIPÓTESES

- I. O Auxílio Permanência constitui-se numa ferramenta que reduz a evasão dos alunos em vulnerabilidade social.
- II. O Auxílio Permanência influencia o desempenho satisfatório do aluno participante do Programa Auxílio Permanência (PAP).

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Para discutir sobre o Programa Auxílio Permanência (PAP) da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB), fez-se necessário realizar um resgate histórico da Assistência Estudantil no Brasil, ao longo das últimas décadas, destacando duas fases distintas. A primeira fase compreende o período em que foi criada a Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, até o final da década de 1980. A segunda fase abrange desde a Constituição Federal (CF) de 1988 até os dias atuais. Cabe analisar mais detalhadamente cada um desses períodos, bem como desenvolver uma análise reflexiva em diálogo com as seguintes categorias analíticas determinantes para esse trabalho: “Educação Profissional”, “Assistência Estudantil”, “Auxílio Permanência” e “Vulnerabilidade Social”.

4.1 Marcos históricos

A Assistência Estudantil no Brasil, de algum modo, sempre esteve associada às questões políticas que permeiam a realidade social do país. A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro. O estabelecimento localizava-se em Paris e era destinado a auxiliar estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em fixar residência. O Governo de Washington Luís foi o responsável pelo repasse integral das verbas da construção e da manutenção da residência (ARAÚJO, 2007).

No início dos anos de 1930, outra importante manifestação na área de Assistência Estudantil foi a Casa do Estudante do Brasil, que começou a funcionar no Rio de Janeiro. Esse espaço correspondia a um casarão com três andares, um restaurante popular, que era frequentado por estudantes carentes¹ e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes para utilizar o benefício. Foi durante o Governo de Getúlio Vargas que a casa passou a receber grandes doações do Governo Federal.

1 O termo carente é utilizado até hoje por algumas IFES para designar alunos contemplados com programas da PAE. A “carência” está relacionada ao modo de vida, guiado por valores mais amplos, envolvendo “sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas” (MARTINELLI, 1999, P.23).

Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, ou seja, a primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada pelo então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, houve a primeira tentativa de regulamentação da Política de Assistência Estudantil no Brasil. Esta lei foi incorporada na CF de 1934, no art. 157, que estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os alunos necessitados através do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária (LIMA, 2002).

Em 1934, quando Gustavo Capanema ocupou o cargo de Ministro da Educação e da Saúde, vislumbrou-se a necessidade de criação da primeira Cidade Universitária do Brasil, caracterizando um espaço próprio para abrigar os diferentes prédios da Universidade do Rio de Janeiro. Essa iniciativa buscou centralizar fontes bibliográficas, facilitar a ligação entre a pesquisa e o ensino, proporcionar um maior intercâmbio entre os estudantes, centralizar o esporte e propiciar um maior controle por parte da Reitoria (CAMPOS, 1940).

Do ponto de vista da Legislação, a década de 1940, consolidou o direito do cidadão de acessar a educação. A Constituição de 1946, no Capítulo II - “Da Educação e da Cultura”, no art. 166, apresentava a educação como um direito de todos e deveria ser ministrada no lar e na escola, devendo inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Já no art 172, regula a Assistência Estudantil, ao afirmar: “Cada sistema de ensino deveria ter, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional de modo a garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados”.

Segundo Oliveira (2006), somente em 1953, o primeiro prédio foi ocupado na Baía da Guanabara. Em 1973, foi inaugurada a Cidade Universitária. As autoridades políticas e acadêmicas da época julgavam ser indispensável a criação de um espaço físico de modo a poder congregar centros, faculdades e institutos, dando um caráter de vida acadêmica que faltava no país. Ainda conforme o autor, a Cidade Universitária era fundamental para o desenvolvimento da produção de conhecimento e tecnologias, necessários ao país naquele momento.

Outras instituições foram criando suas Cidades Universitárias nessa mesma perspectiva. No entanto, no Brasil, a concepção de educação superior baseado no modelo norte-americano, só aconteceu nos anos de 1960. A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição a utilizar o espaço baseado nesse formato. A partir

daí, passa-se por um processo de mudança de nomenclatura de Cidade Universitária para *Campus* Universitário.

De acordo com Luís Antônio Cunha (2003, p. 229):

A UnB foi a primeira universidade brasileira que surgiu fora do modelo de agregação de faculdades profissionais preexistentes... Mais do que isso, a Universidade de Brasília foi a primeira que, em nosso país, aliou a concepção de sua estrutura com a concepção da morfologia de seu *campus*. Destaca-se no conjunto um longo edifício, que reúne os institutos centrais das diversas áreas do conhecimento, rodeado pelos prédios das faculdades profissionais. Aliás, pela primeira vez, a diferença entre institutos e faculdades, numa universidade brasileira, foi traçada de maneira racional.

Durante os anos de 1960, período de ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes. Em 1961, em Salvador, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, com o objetivo de debater o conteúdo sancionado por essa lei, que resultou na Declaração da Bahia. Esse documento solicitava que as universidades fossem um espaço pluralizado, por meio da criação de cursos acessíveis a todos. Ainda em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelecia, no art. 90, a assistência social, médico odontológica e de enfermagem aos alunos, e no art. 91, a oferta de bolsas gratuitas aos educandos para custeio total ou parcial dos estudos, com financiamento para reembolso no prazo de quinze anos. A LDB colocava que a Assistência Estudantil deveria ser um direito igual para todos os estudantes.

No ano seguinte, as questões relacionadas à Assistência Estudantil voltaram ser discutidas pelo Conselho da UNE e suas respectivas comissões, dentre elas, a comissão de Política de Assistência Cultural e Material ao Estudante, realizando o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba. Nesse encontro foram sugeridas a criação de gráficas universitárias para a impressão de jornais, revistas, apostilas e livros; assistência médica; assistência habitacional, com a construção de casas de estudantes; e o aumento do número de restaurantes universitários (FÁVERO, 1995).

No que se refere a legislação é importante ressaltar que a CF de 1967, no art. 168, a educação continua sendo um direito de todos, ministrada no lar e na escola, porém, pela primeira vez, é acrescentado o direito à igualdade de oportunidades. Durante o governo militar de 1964-1968, houve um forte incentivo à criação de novas

Universidades Federais e Estaduais, investimento em laboratórios e aperfeiçoamento do corpo docente, buscando o desenvolvimento do Ensino Superior.

O Governo Federal criou em 1970, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao então Ministério da Educação, o qual pretendia manter uma Política de Assistência Estudantil para graduação em nível nacional, dando ênfase para programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica, contudo, foi extinto nos governos subsequentes (FONAPRACE, 1995).

Nessa primeira fase, pode-se constatar que a Assistência Estudantil foi caracterizada pela informalidade, expressa através de ações de caráter pontual, descontínuo e marcado pela escassez de recursos. As ações eram focadas somente para auxiliar as dimensões econômicas. A preocupação consistia em sanar os problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como moradia e alimentação. Foi um período marcado pela construção de cidades universitárias, com o objetivo de acomodar a comunidade universitária e criar uma identidade física para a instituição, porém, não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar os estudantes.

4.2 Política de Assistência Estudantil: panorama atual

Ao final da década de 1970, o Brasil passou por um processo de redemocratização, em virtude de uma forte crise econômica que se estabeleceu no Governo Militar (KINZO, 2001). A partir de então, verifica-se que a Assistência Estudantil entra numa nova fase, na qual há um processo de formulação de políticas públicas com o intuito de tratar a temática.

Com a nova conjuntura política abriu-se espaço para os debates relacionados a garantia dos direitos sociais dos cidadãos. A CF de 1988 foi o marco da garantia dos direitos fundamentais e da prevalência dos princípios democráticos.

Dentre os vários aspectos que afligem a Educação Brasileira, a evasão e a reiteração de faltas injustificadas, apresentam-se como desafios àqueles que estão envolvidos com a efetivação dos arts. 205 e 206 da CF de 1988, que afirma que a educação é dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

Art.205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A CF prevê o oferecimento de condições educacionais básicas que encaminhem os indivíduos para o acesso a bens primários como recursos econômicos, sociais e culturais. A Lei nº. 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nova LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, corrobora com o que expressa a Carta Magna, através de dispositivos que amparam a Assistência Estudantil, entre os quais se destaca o art. 3º: "O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]". No texto da LDB, é possível perceber que há um encaminhamento para se pensar a educação voltada para as necessidades de determinados grupos e situações específicas, passando a ser pensada sob um viés mais equitativo.

Se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, por outro, a inserção do estado brasileiro na contraditória dinâmica das políticas econômicas neoliberais, colocou em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e de retração de direitos (YASBEK, 2004).

Dentre os desdobramentos da referida Constituição, no art. 214, estabeleceu-se a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), que seria elaborado pela União com a colaboração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O PNE foi regulamentado pela Lei nº. 10.172, em nove de janeiro de 2001, tendo por objetivos a melhoria da qualidade do ensino, a redução da desigualdade social no acesso e na permanência na escola.

Esse quadro permeado por discussões e elaboração de leis relativas à democratização dos direitos sociais fez emergir o problema da desigualdade na educação superior de modo que, no Brasil, as condições de acesso a esse grau de ensino passaram a ser temas de intensos debates.

Inicialmente, o acesso representava o principal problema que limitava a inclusão na educação superior. Entretanto, constatou-se com o avanço das discussões que, não bastava garantir o ingresso dos estudantes em um curso superior, porém, era necessário oferecer condições de permanência, sugerindo-se assim, a possibilidade de investir na Assistência Estudantil. Dessa maneira, a permanência na educação superior passou a ser vista como um problema que deveria compor a agenda de políticas públicas. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)², o qual congregava Pró-Reitores, Decanos, Coordenadores e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. O objetivo do Fórum era promover o debate sobre a Assistência Estudantil, procurando articular as Instituições de Educação Superior (IES) públicas na busca do estabelecimento de políticas nacionais, voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente, de alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda. Para a universidade pública passar por um processo de democratização do ensino, seria necessário incorporar tais estudantes. Não bastava apenas a garantia das condições de acesso, mas era necessário, sobretudo, o estabelecimento de condições concretas para garantir a permanência desses estudantes na universidade.

A partir de 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), passou a ser adotado pelo Ministério da Educação (MEC). As justificativas para a elaboração do PNAES foram baseadas em pesquisas realizadas pelo órgão sobre o perfil socioeconômico dos discentes (FONAPRACE, 1997; 2004). Esses estudos apontaram alguns fatores que seriam fundamentais para a garantia das condições justas de permanência na graduação como: a) moradia; b) alimentação; c) saúde; d) transporte e) creche.

O projeto entende que esses fatores devem fazer parte de uma Política de Assistência Estudantil comprometida em formar cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, cabendo também a instituição comprometer-se com as questões sociais. O PNAES está em vigor, desde 2008, como portaria

2 O FONAPRACE atua no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), com o objetivo de prestar assessoria nas questões relativas à comunidade acadêmica e aos discentes.

normativa do MEC, repassando verbas diretamente ao orçamento das instituições. Contudo, só no dia 19 de julho de 2010, foi implementado pelo Decreto nº. 7.234.

Para Vasconcelos (2009), essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes, representando a consolidação de uma luta em torno da garantia da Assistência Estudantil, enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

O PNAES como parte do processo educativo, articula ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Ao permear essas três dimensões do fazer acadêmico, viabiliza o caráter transformador da relação educação e sociedade. Inserir-la na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, do favor e do clientelismo (PNAES, 2010).

Apesar de o PNAES ser um programa de âmbito nacional, cada universidade tem a autonomia de utilizar os recursos disponibilizados, conforme suas especificidades e contextos locais. O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, preferencialmente de baixa renda, para evitar a repetência e a evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição como um todo.

4.3 Resgate histórico de implantação e desenvolvimento do Instituto Federal Brasília

O histórico da implantação e desenvolvimento do IFB está associado à história da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O marco inicial foi em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices. A partir de 1941, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser chamadas de Liceu Industrial e, ainda no mesmo ano, de Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. Entre 1959 e 1965 passaram para Escolas Industriais Federais. Em 1968 assumem a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETFs). Entre 1978 e 2001, as ETFs passam individualmente para Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs).

Em 2008, com a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro, é criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que buscam congregiar as instituições profissionalizantes nos estados ou em regiões em uma única instituição. É preciso

retornar à criação da Escola Técnica de Brasília (ETB), para entender a história do IFB.

Em 17 de fevereiro de 1959, através do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (pela Lei nº. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, e Exposição de Motivos nº. 95, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de fevereiro de 1959), tem início a história da ETB. A inauguração aconteceu em 21 de abril de 1962, exatamente dois anos após a inauguração nova Capital Federal, com a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, com o objetivo de ministrar cursos regulares nos antigos Ginásio e Colegial Agrícola.

As Escolas de Iniciação Agrícola e Agrotécnicas tiveram suas denominações alteradas para Ginásios Agrícolas e Colégios Agrícolas pelo Decreto nº. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, em consonância com a LDB de 1961. Pelo mesmo decreto, ficou estabelecida a integração da Escola de Didática do Ensino Agrícola ao Colégio em questão, passando a Escola Agrotécnica a denominar-se Colégio Agrícola de Aplicação de Brasília.

A partir da Portaria nº. 129, de 18 de julho de 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB), cujo funcionamento objetivava a qualificação e requalificação profissional, através da realização de Cursos de Formação Inicial e Continuada e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, principalmente na sua área de abrangência.

Como parte do Plano de Expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do MEC, a Lei nº. 11.534, de 25 de outubro de 2007, criou a ETB, como entidade de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação.

A ETB foi transformada em IF (ou IFB), pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passando a incorporar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É composto por uma Reitoria e oito *campi* distribuídos pelo Distrito Federal: Plano Piloto, Gama, Planaltina, Taguatinga Centro, Taguatinga, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Estrutural e Ceilândia.

IFB NO DISTRITO FEDERAL

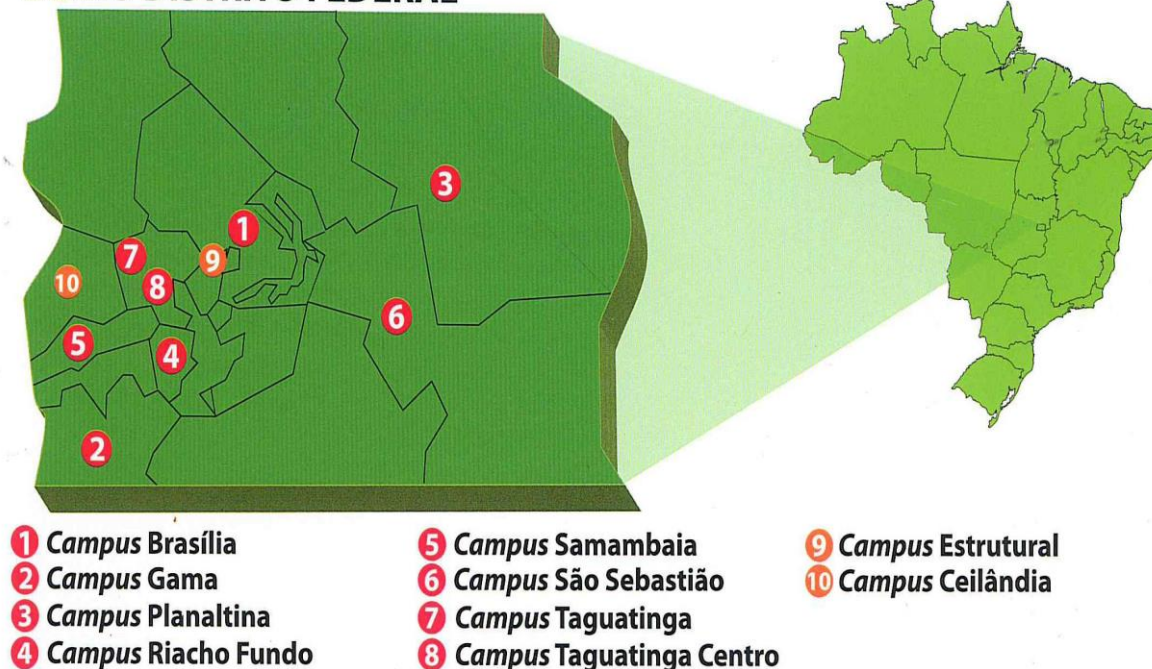


Figura 1 – Mapa de amostragem dos *campi* do Instituto Federal de Brasília no Distrito Federal.

Fonte: IFB, Manual do Estudante, 2013.

Entre as principais finalidades do IFB, destacam-se:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- IV. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente; e
- V. Incentivar o desenvolvimento de políticas pedagógicas capazes de promover a integração entre o conhecimento propedêutico e o técnico, possibilitando a formação de cidadãos e cidadãs com consciência crítica, contribuindo efetivamente para a formação da cidadania;

O IFB, de acordo com o que está previsto em sua missão institucional, tem o objetivo de oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica centrado foco, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias, procurando responder às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Atua em todos os níveis e modalidades da Educação Profissional, articulando os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007 (IFB, 2009).

4.4 A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Brasília e os alunos em vulnerabilidade social

A concepção da Política de Assistência Estudantil no IFB privilegia uma formação educacional, política e cidadã, não exigindo dos discentes, contrapartidas laborais como condição para participação em seus programas, as quais acabam por despender o tempo de estudo necessário para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em trabalhos desvinculados da questão educativa (IFB, 2011). É composta por um conjunto de objetivos, princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações que promovam o acesso, garantam a permanência e o êxito dos estudantes, na perspectiva da inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

A Política de Assistência Estudantil do IFB é operacionalizada por meio dos programas relacionados a seguir, os quais objetivam atender e apoiar estudantes que apresentam condições sociais, econômicas, psicológicas e educacionais, que impossibilitam sua permanência e êxito acadêmico:

- I. Programa Auxílio Permanência: Tem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica contribuindo em sua permanência e conclusão dos estudos, através do repasse direto de recurso financeiro.
- II. Programa de Saúde e Apoio Psicossocial ao Estudante: Atendimento médico, odontológico, psicológico e social aos alunos do IFB.

- III. Programa de Moradia: Disponibilização de residência estudantil para os estudantes em vulnerabilidade social atendendo preferencialmente aos estudantes que residam em outros estados.
- IV. Programa de Apoio Pedagógico e Suporte o Ensino: Desenvolvimento de ações de acompanhamento aos alunos através de assessoramento ao corpo docente e discente da instituição, no tocante às dificuldades e problemas vivenciados pela comunidade escolar. Visa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.
- V. Programa de Incentivo a Atividades Culturais e Lazer: Contribui para a formação intelectual dos discentes através do desenvolvimento de atividades artístico-culturais que visem à integração da comunidade escolar.
- VI. Programa Bolsa Monitoria: Tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem atendendo aos alunos que necessitam de apoio e reforço nas atividades acadêmicas. Promove a integração entre os diferentes segmentos da instituição e possibilita a participação dos alunos no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino.
- VII. Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico: O objetivo deste programa é estimular o desenvolvimento técnico e científico dos alunos visando a sua formação intelectual, acadêmica e profissional.

O PAP, eixo principal da realização dessa pesquisa, consiste em recurso financeiro de repasse direto ao estudante, tendo a finalidade de colaborar para minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como também, contribuir para a permanência, evitando a evasão escolar e, por fim, contribuir para a conclusão dos estudos no IFB.

O combate à evasão escolar ou reiteração de faltas injustificadas dos alunos é uma forma de garantir o direito à educação. Nesse processo, o Auxílio Permanência constitui-se numa ferramenta compreendida como um investimento no estudante. A condição para participar do PAP é o estado de vulnerabilidade social, constatado através de estudo social realizado pela assistente social da instituição. A única contrapartida para participar do referido programa é o compromisso em frequentar as aulas e ter rendimento satisfatório em todas as disciplinas.

Fávero (1995) afirma que o estudo social tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social³, objeto de intervenção profissional, especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.

A perspectiva dos direitos de cidadania é destacada como fundamental, especialmente à medida que os estudos sociais subsidiam pareceres sociais que são instrumentos “de viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a igualdade, a justiça social e a cidadania” (SILVA, 2000, p. 116).

Operacionalmente, os estudos socioeconômicos podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social, com a finalidade de elaborar um parecer sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação (usuário) depende para acessar programas, benefícios e/ou serviços.

De acordo com Sarmiento (1994, p. 281-282), o estudo social:

[...] é um contato intencional de aproximação, através do qual criamos um espaço para diálogo, para a troca de informações e/ou experiências para a tomada de conhecimento de um conjunto de particularidades necessárias a ação profissional e ainda, para o estabelecimento de novas relações [...] permite a criação de um espaço para conhecimento (e intervenção) desencadeando um processo de ação-reflexão crítica da realidade e dos sujeitos envolvidos.

Segundo Backx (2006, p. 122), o Sistema Educacional Brasileiro é elitizado, falho e excludente, todavia a educação não deixa de ter “por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente”.

No Brasil os índices de repetência e abandono da escola estão entre os mais elevados da América Latina, conforme aponta o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos de 2010, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O relatório da Unesco aponta que, apesar da melhora apresentada entre 1999 e 2007, o índice de repetência no ensino fundamental brasileiro (18,7%) é o mais elevado na América Latina e fica expressivamente acima da média mundial (2,9%). O alto índice de abandono, já nos primeiros anos da educação

3 A questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista. O assistente social trabalha nas suas mais variadas expressões quotidianas e, sendo desigualdades, também envolve sujeitos que resistem e se opõem à elas. Portanto, o assistente social trabalha nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, terreno movido por interesses sociais distintos que tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

também alimenta a fragilidade do sistema educacional do país. Cerca de 13,8% dos alunos largam os estudos já no primeiro ano no ensino básico. Neste quesito, o País só fica à frente da Nicarágua (26,2%) na América Latina e, mais uma vez, bem acima da média mundial (2,2%). A estrutura física precária das escolas e o baixo número de horas em sala de aula constituem-se em problemas que a educação brasileira ainda enfrenta, os quais, são apontados pelos técnicos da Unesco, como fatores determinantes para a baixa qualidade do ensino (AKITA, 2010, n. p.).

Alves (2002) afirma que a busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. É imprescindível estabelecer mecanismos que garantam a permanência dos alunos, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, em situação de vulnerabilidade social, os quais apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua carreira acadêmica com sucesso.

O termo “vulnerabilidade social” está relacionado ao grupo formado por pessoas que estão expostas à exclusão social. Ou seja, refere-se a problemas sociais que levam ao isolamento e até a discriminação de um determinado grupo de uma determinada sociedade (CASTEL, 1998). Esses grupos excluídos ou, que sofrem exclusão social, precisam de uma estratégia, de uma política de inserção, para que possam ser integrados e aceitos pela sociedade que os rodeia. O sociólogo francês Robert Castel (1998) definiu a exclusão social como o ponto máximo atingível no decurso da marginalização, sendo este, um processo no qual o indivíduo vai progressivamente se afastando da sociedade através de rupturas consecutivas com a mesma.

A definição do termo vulnerabilidade social envolve vários aspectos relativos ao conjunto das profundas transformações que afetaram negativamente o mundo do trabalho nos últimos anos. De acordo com Antunes (1997), o processo de globalização da economia, a reestruturação produtiva, a instabilidade nas atividades econômicas, os avanços no campo da tecnologia, a maior abertura do comércio e das finanças mundiais constituem-se em mudanças estruturais que têm servido de base para a consolidação de um novo padrão de organização da produção capitalista.

Ainda segundo o autor, essas mudanças manifestam-se também, a partir de um conjunto de políticas que buscam readequar a legislação social e trabalhista a uma realidade onde os interesses financeiros tornam-se hegemônicos e o papel do Estado, cada vez mais restrito, com relação às políticas sociais de caráter não universalizantes. Para Castel (1998), a vulnerabilidade social é uma zona intermediária que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Os estudos sobre vulnerabilidade estão associados à ideia de *risco* frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social.

Katzman (2001) afirma que as situações de vulnerabilidade devem ser analisadas a partir da existência ou não, por parte dos indivíduos ou das famílias, de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco. A vulnerabilidade refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam o bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. Estes ativos estariam ordenados em aspectos físicos, humanos e sociais.

A condição de vulnerabilidade, para Katzman (2001), deveria considerar a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e a estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e por fim, o grau de regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social.

Considera-se estudante em situação de vulnerabilidade, de acordo com a concepção da Política de Assistência Estudantil do IFB, aquele que, oriundo de família na faixa da pobreza, encontra-se em estado de falta, ausência ou privação de um, ou mais de um fator elementar para seu êxito estudantil, numa situação caracterizada pela necessidade ou precisão de apoio institucional que tenha como efeito a conclusão, em tempo hábil, de seu curso.

Para Schultz (1962), idealizador da Teoria do Capital Humano (1962), a educação configura-se como um canal de mobilidade social e, embora o acesso a ela seja um direito, a evasão e a retenção representam problemas que exigem medidas específicas. Dessa forma, democratizar o acesso e promover ações que favoreçam a permanência dos alunos em vulnerabilidade social, constituem-se em medidas que compõem a Política de Assistência Estudantil do IFB.

Pode-se concluir, enfim, que a Assistência Estudantil na Política de Educação, tem o papel de disponibilizar recursos para garantir a permanência dos estudantes socialmente excluídos durante o processo de formação profissional. Neste sentido, conforme Alves (2002) compreender a Assistência Estudantil como parte da Política Educacional, significa assegurar um componente mobilizador da educação, cujo acesso pode e deve estender-se igualmente a todos os segmentos sociais.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Opção metodológica

A escolha do método procura descrever como será feita a pesquisa, como explicar e analisar o assunto no decorrer do estudo. Para tanto, optou-se por trabalhar com a complementaridade entre as pesquisas qualitativa e quantitativa, utilizando-se do método estudo de caso. Para Bell (1989), o estudo de caso tem sido descrito como um termo guarda-chuva para uma família de métodos de pesquisa, cuja principal preocupação é a interação entre fatores e eventos.

O método estudo de caso é um método específico de pesquisa de campo. Estudos de campo são investigações de fenômenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do pesquisador. Seu objetivo é compreender o evento em estudo e, ao mesmo tempo, desenvolver teorias mais genéricas a respeito dos aspectos característicos do fenômeno observado (FIDEL apud GLAZIER; POWELL, 1992).

Através da temática discutida neste trabalho, buscou-se detectar o grau de importância do Programa Auxílio Permanência (PAP) da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB), no percurso formativo dos estudantes em vulnerabilidade social contemplados nos seguintes processos seletivos: 2º semestre de 2011 (2011/2); 1º semestre de 2012 (2012/1) e 2º semestre de 2012 (2012/2), bem como, conhecer como o próprio aluno se percebe nesse processo.

Para Kude (2001), a abordagem qualitativa tem o objetivo de promover a compreensão do comportamento e a experiência humana, procurando apreender os processos pelos quais os homens constroem seus significados, visando à compreensão dos mesmos.

Bauer e Gaskell (2003) destacam que a finalidade real da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão e, não, simplesmente, contar opiniões ou pessoas.

De acordo com Flick (2004), a pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos sociais. Através do método qualitativo buscou-se analisar a percepção dos alunos sobre o PAP. Segundo Minayo (2003), a

pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Nas ciências sociais, ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 21).”

Neste trabalho de pesquisa foram priorizadas as falas dos jovens considerando suas vivências e percepções sobre o PAP, bem como a relação com o processo ensino e aprendizagem dos estudantes participantes do programa em questão. Buscou-se escutar os discursos dos alunos, ver o que pensam, sentem, fazem e sugerem, entendendo-os como indivíduos ativos de sua própria educação.

Para Flick (2004), os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita da produção de conhecimento.

As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudadas são parte do processo de pesquisa. As reflexões sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação (FLICK, 2004, p.22).

Já a pesquisa quantitativa, segundo Lakatos (1993), é mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos estruturados como os questionários. É especialmente utilizada para gerar medidas que permitam uma análise estatística. Os dados quantitativos caracterizam-se pelo emprego da quantificação nas modalidades de coletas de informações. Seu objetivo é mensurar e permitir o teste de hipóteses, já que os resultados são mais concretos e, conseqüentemente, menos passíveis de erros de interpretação. Em muitos casos geram índices que podem ser comparados ao longo do tempo, permitindo traçar um histórico da informação.

Esta técnica de pesquisa também é usada quando se quer determinar o perfil de um grupo de pessoas, baseando-se em características que elas tem em comum como: sexo, faixa etária, escolaridade, local de moradia, renda familiar, etc. Foi por esse motivo que utilizou-se do método quantitativo, através de questionários aplicados para traçar o perfil do grupo de alunos atendidos pelo PAP.

5.2 Campo de investigação e sujeitos da pesquisa

Para Minayo (2003), o campo de pesquisa é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação.

O *locus* onde foi realizada a pesquisa foi o IFB - *Campus* Brasília. O IFB é uma instituição pública que oferece Educação Profissional gratuita, na forma de cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC), Educação Profissional Técnica de nível médio e Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação, articulados a projetos de pesquisa e extensão.

O PAP da Política de Assistência Estudantil do IFB, eixo principal da realização desse estudo, tem como objetivo, minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a permanência e o êxito escolar desses estudantes. Os alunos participantes do referido programa, nos períodos de: 2011/2; 2012/1 e 2012/2; são, portanto, os sujeitos desse trabalho de pesquisa.

Para ter acesso ao recurso, os alunos participam de um processo seletivo para o PAP, devendo comprovar a condição de vulnerabilidade social através do preenchimento de um questionário socioeconômico em que são considerados aspectos como: renda, moradia, escolaridade, despesas fixas com água, luz, telefone, medicamentos e a participação em Programas de Transferência de Renda do Governo Federal. Ao final do processo e da realização do estudo socioeconômico, considerando o aspecto da vulnerabilidade social na perspectiva de Castel, como também as contribuições de Mary Richmond sobre diagnóstico social, segundo a qual,

Diagnóstico Social pode ser definido como sendo a tentativa para se formar um juízo tão exato quanto possível da situação, da personalidade dum ser humano que tenha qualquer necessidade social, situação e intencionalidade estas em relação aos outros seres humanos de quem ele dependa ou que dependam dele, em relação também as instituições sociais de sua comunidade” (Richmond, 1950:310)

é emitido um parecer social pela assistente social da instituição e os alunos são classificados nos seguintes grupos:

- Grupo 1 (G1): Situação insuficiente para a manutenção do estudante no IFB (alta vulnerabilidade socioeconômica). O discente apresenta grande

dificuldade em satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, transporte, material escolar), o que pode resultar em abandono do curso por insuficiência de recurso financeiro. O aluno classificado nesse grupo recebe o auxílio permanência no valor de R\$ 200,00 (Duzentos Reais).

- Grupo 2 (G2): Situação parcialmente suficiente para a manutenção do estudante no IFB (média vulnerabilidade socioeconômica). O discente apresenta nível de dificuldade intermediário em satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, transporte, material escolar). O aluno classificado nesse grupo recebe o auxílio permanência no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais).
- Grupo não prioritário: Situação socioeconômica suficiente para manutenção do estudante no IFB. O discente classificado nesse grupo não necessita de nenhum tipo de assistência por parte do IFB.

5.2.1 Histórico dos processos seletivos

a) 1º PERÍODO: 2011/2

O Processo Seletivo 2011/2 foi lançado em agosto de 2011, através do Edital nº. 65 para o processo de avaliação socioeconômica para o PAP da Assistência Estudantil. Na ocasião, foram disponibilizados 88 auxílios para o *Campus* Brasília, sendo 25 para o Grupo 1, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos Reais) e 62 para o Grupo 2, no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais). Entretanto, apenas 54 alunos foram efetivamente contemplados com o recurso. Destes, 25 para o G1 e 29 para o G2. Em consequência disso, as 34 (trinta e quatro) bolsas que sobraram, foram remanejadas para o *Campus* Planaltina, devido à alta vulnerabilidade identificada no corpo discente daquela unidade do IFB.

Alguns eventos podem ter contribuído para justificar a perda destas 34 bolsas, tais como: a greve dos servidores do IFB, o período de final de ano, a falta de apoio da Direção de Ensino Pesquisa e Extensão, à qual a Coordenação de Assistência Estudantil está vinculada, para a divulgação do evento e o desconhecimento de muitos servidores (professores e técnicos administrativos) sobre o tema em questão, constituíram-se em aspectos contraproducentes ao trabalho de divulgação e de seleção dos alunos para o PAP, no período de 2011/2.

De acordo com as disposições preliminares, todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de FIC, do Ensino Técnico e de Graduação do IFB, puderam concorrer à seleção. Entretanto, para a avaliação socioeconômica, foram considerados os seguintes critérios:

- Renda per capita familiar de até 1 e $1/2$ salário mínimo;
- Nível de escolaridade do mantenedor ou cônjuge;
- Grupo familiar considerando o número de membros que residem na casa;
- Local de moradia do estudante;
- Gastos mensais da família com aluguel ou financiamento da casa própria; água, luz, telefone, medicamentos;
- Pessoas que compõem o núcleo familiar, diagnosticadas com doenças crônicas, degenerativas e/ou com deficiência; e
- Membros de famílias beneficiárias de Programas e/ou Projetos Sociais.

Convém esclarecer que, dos 54 (cinquenta e quatro) alunos que foram selecionados para o PAP em agosto de 2011; 21 (vinte e um) concluíram o curso em dezembro do mesmo ano. Dessa forma, no semestre seguinte, 2012/1, os alunos veteranos e que permaneceram em condição de vulnerabilidade social, tiveram prioridade na concessão do Auxílio Permanência.

Como estratégia metodológica para o acompanhamento aos grupos de alunos (G1 e G2) atendidos pelo PAP, foi estabelecido uma parceria entre as Coordenações: Pedagógica, de Ensino, de Registro Escolar e de Assistência Estudantil. Esta última, responsável por encaminhar as listagens dos alunos que tiveram frequência satisfatória, para a assinatura dos diretores de ensino e geral, bem como para posterior liberação do recurso, o qual é creditado na forma de ordem de pagamento, no Banco do Brasil, através do número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do estudante.

b) 2º PERÍODO: 2012/1

O processo de avaliação socioeconômica para o PAP da Assistência Estudantil 2012/1, lançado através do Edital nº. 049, teve início no dia 28 de março e encerrou-se no dia 05 de abril. Desta vez, foram disponibilizados para o IF – *Campus*

Brasília, 44 auxílios, sendo 09 para o Grupo 1 e 35 para o Grupo 2. Pode-se perceber que houve redução no número de auxílios ofertados (em 2011/2 foram oferecidos 54), sob a justificativa de contenção de despesas. À Coordenação Geral de Assistência Estudantil coube apenas, aceitar o fato, receber a demanda dos estudantes e operacionalizar o Programa.

Todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de FIC, do Ensino Técnico e de Graduação do IFB, puderam concorrer à seleção, conforme as disposições preliminares do referido edital. Entretanto foi utilizado como critério principal de avaliação, o aspecto da vulnerabilidade social, conforme descrito anteriormente, e o fato já ter participado do programa no semestre anterior, 2011/2.

No total, 98 alunos inscreveram-se para participar do processo seletivo para o PAP 2012/1, e o resultado final apontou o seguinte panorama:

- 09 alunos foram categorizados no G1 – situação insuficiente para a manutenção do estudante no IFB (alta vulnerabilidade socioeconômica). O discente recebe a bolsa permanência no valor de R\$ 200,00 (Duzentos Reais);
- 35 alunos foram categorizados no G2 - situação parcialmente suficiente para a manutenção do estudante no IFB (média vulnerabilidade socioeconômica). O aluno recebe a bolsa permanência no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais);
- 29 alunos ficaram em lista de espera, ou seja, encontravam-se em condição de vulnerabilidade social, porém, em decorrência do número limitado de auxílios, não foi possível atendê-los; e
- 25 alunos foram indeferidos do processo, pois, não se encaixaram dentro dos critérios exigidos para o Programa.

Assim, dos 98 estudantes inscritos, 44 foram atendidos.

Tabela 1 – Quantitativo de auxílios ofertados do tipo G1 ou G2 – 2012/1.

Grupo Participante do PAP	Oferta	Oferta %
G I – R\$ 200,00	9	20,5
G II – R\$ 100,00	35	79,5
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

c) 3º PERÍODO: 2012/2

No segundo semestre de 2012, foi realizada uma atualização cadastral com todos os alunos participantes do PAP, para verificar se eles continuavam matriculados, considerando que os cursos no IFB são modulares, com carga horária semestral; verificar a situação relacionada à frequência e reavaliar a condição socioeconômica.

De acordo com o levantamento, foi constatado que 04 alunos saíram do Programa, porque concluíram o curso. Dessa forma, foram disponibilizadas então, 04 vagas para atender aos alunos que participaram do Processo Seletivo para o PAP em 2012/1, através do Edital nº. 049, e que se encontravam em lista de espera, permanecendo assim, o quantitativo de 44 alunos contemplados. Vale lembrar que, esse acompanhamento vem acontecendo desde o período 2011/2, ocasião em que foi lançado o primeiro edital do referido programa.

Tabela 2 – Histórico da oferta do Programa Auxílio Permanência.

Período	Quantitativo de Auxílios Ofertados	Participantes		
		Concluíram	Continuam estudando	Novatos
2011/2	54	21	33	-
2012/1	44	-	27*	17
2012/2	44	4	23	(17+4 = 21)

* 6 alunos foram indeferidos do processo porque melhoraram a renda.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

5.3 Procedimentos para a coleta de dados

Na realização desse trabalho de pesquisa em que foram utilizadas as modalidades quantitativa e qualitativa, os instrumentos utilizados para coletar os dados foram: questionários, entrevistas e análise documental.

O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, e devem ser respondidas por

escrito. Trata-se de uma interlocução planejada. Utilizou-se esse instrumento em virtude do problema da pesquisa em questão, “Será que o Auxílio Permanência faz diferença na vida estudantil dos alunos contemplados?”, como também, em função do objetivo de traçar o perfil dos alunos atendidos pelo PAP.

Anteriormente à aplicação dos questionários definitivos, foi realizado um pré-teste do instrumento para proceder aos ajustes que fossem necessários. A aplicação dos questionários foi realizada pela própria pesquisadora, na sala da Coordenação Geral de Assistência Estudantil do IFB, ambiente totalmente discreto e tranquilo, para que os alunos pudessem ficar à vontade para expressar suas opiniões a respeito do PAP, proporcionando aos estudantes, total privacidade e liberdade para emitirem as informações.

Todos os 44 estudantes atendidos pelo PAP nos períodos (2011/2; 2012/1 e 2012/2) colaboraram com a pesquisa e responderam ao questionário (vide Apêndice C), em horários opostos aos das aulas, ou mesmo durante os intervalos, entre uma aula e outra. Para a análise dos dados coletados através deste instrumento, ou seja, dos dados quantitativos, utilizou-se do *software SPSS Statistics*, o qual analisa dados e faz previsões rápidas e confiáveis de forma fácil e prática.

Para a coleta de dados relacionados à percepção dos alunos sobre o PAP foi utilizada a entrevista (vide Apêndice D). Gil (1999) afirma que a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

Bauer e Gaskell (2003) postulam que não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas. Nessas pesquisas, o pesquisador deve usar a imaginação social e científica para montar a eleição dos respondentes.

Para Minayo (2003), a entrevista é o trabalho mais usual no trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais. A autora considera a entrevista como uma conversa a dois com propósitos bem definidos:

Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num

outro nível, serve como meio de coleta de informações sobre determinado tema científico (MINAYO, 2003, p. 57).

A entrevista permite ao informante descrever o que considera significativo, usando seus próprios critérios e palavras, sem ficar restrito à determinadas categorias fechadas. Além disso, admite que o entrevistador esclareça o informante sobre o exato significado do que pretende conhecer, tornando as perguntas mais acuradas e as respostas mais fidedignas (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003).

De acordo com Bauer e Gaskell (2003), a entrevista é uma interação, uma troca de ideias e significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Tanto os entrevistadores como o entrevistado estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção do conhecimento.

As entrevistas foram do tipo semi-estruturado. Para conduzi-las, foi organizado um “tópico guia”, que é um dispositivo que toma forma como um conjunto de tópicos que funciona como subsídio para o entrevistador (BAUER; GASKEL, 2003).

Sendo assim, com a entrevista semi-estruturada buscou-se obter informações mais subjetivas como as percepções sobre o PAP, sobre a questão da vulnerabilidade social e a avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFB.

Através de contato telefônico, alguns alunos foram convidados para a entrevista. Na ocasião, foi explicado o motivo da pesquisa e a relevância da participação do estudante, enquanto membro do PAP, para que o objetivo desse trabalho de investigação fosse atingido.

Foram selecionados representantes de todas as áreas, totalizando 13 estudantes que realizaram os seguintes cursos: Técnico em Informática e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Serviços Públicos; Técnico em Eventos e Licenciatura em Dança.

Os nomes dos entrevistados foram resguardados para preservar suas identidades, dessa forma, seguem apenas nomes fantasia:

- Curso Técnico em Informática e Desenvolvimento de Sistemas: Augusto, Teófilo, Aryane e Luana.
- Curso Técnico em Serviços Públicos: Mateus, Ana Cláudia e Juliana.
- Curso Técnico em Eventos: Rafael, Gilmara e Elissandra.
- Curso de Licenciatura em Dança: Caroline, Claudenice e Guilherme.

A quantidade de participantes foi determinada pelo que Bauer e Gaskel (2003) chamam de “ponto de saturação” ou “ponto de redundância”, isto é, o ponto em que as informações já obtidas estão suficientemente confirmadas e que o surgimento de novos dados vai ficando cada vez mais raro, a partir do qual, não mais se justifica a inclusão de novos elementos.

Cada entrevista foi iniciada através de comentários introdutórios sobre os objetivos da pesquisa, criando um espaço de acolhida para que os alunos, individualmente, se sentissem à vontade para descrever como veem o PAP, como se percebem nesse processo e, enfim, expressar suas opiniões sobre os aspectos do programa que precisam ser melhorados.

O registro dos dados das entrevistas foi feito através de gravações em celular, com a concordância dos sujeitos. Utilizou-se ainda, o Diário de Campo para realizar anotações sobre toda e qualquer informação não prevista no momento da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas, como: expressões faciais, emoções, mudanças no tom de voz dos participantes etc.

Percebeu-se que os alunos foram capazes de expressar suas opiniões, seus sentimentos sobre o PAP e sobre sua condição de vulnerabilidade, sem se sentirem constrangidos com a minha presença, ou mesmo com o uso do celular para gravar.

As entrevistas mostraram, antes de tudo, o elevado grau de importância do PAP na vida dos alunos atendidos, bem como a necessidade de promover uma ampliação no recurso destinado à Assistência Estudantil, para que se possa aumentar o valor do auxílio e aumentar também, o quantitativo de bolsas ofertadas nos próximos semestres. Todos os entrevistados participaram animadamente desse processo, mesmo os mais tímidos não deixaram de fazer seus relatos. Após esse momento, todas as informações obtidas foram transcritas para que pudessem ser analisadas.

Em relação aos aspectos éticos, os sujeitos foram informados sobre os objetivos do estudo, que suas opiniões seriam respeitadas e que, se no decorrer da pesquisa, optassem por desistir da contribuição, a decisão seria preservada. Houve o comprometimento, por parte da autora deste trabalho, de que os resultados deste estudo serviriam apenas para o relatório de pesquisa e que suas identidades seriam resguardadas.

Foi entregue a Carta de Apresentação e de Compromisso da Pesquisadora (vide Apêndice B) a cada entrevistado, bem como foi solicitado que assinassem o Termo de Consentimento dos Sujeitos (vide Apêndice E), onde estavam descritos os objetivos da pesquisa e a solicitação para gravar as entrevistas. Esse termo ficou com a pesquisadora.

Com relação aos dados relacionados à frequência e ao rendimento dos alunos foi encaminhada à Coordenação de Registro Acadêmico uma carta (vide Apêndice A), com a autorização do Diretor Geral do *Campus*, concedendo liberação para a realização da pesquisa. Dessa forma, tomando-se como base documentos institucionais, foram consultados os diários de aula dos professores, para promover o acompanhamento da frequência e do rendimento dos estudantes atendidos pelo PAP nos períodos de 2011/2; 2012/1 e 2012/2, e assim, verificar se o recebimento do auxílio influenciou ou não, o percurso formativo dos estudantes em vulnerabilidade social, conforme um dos objetivos deste trabalho de pesquisa.

5.4 Análise dos dados

O método de análise utilizado foi o estudo de caso, que de acordo com Florestan Fernandes (1963 *apud* DINIZ, 1999, p. 46):

Volta-se à realidade objetiva, investigando e interpretando os fatos sociais que dão contorno e conteúdo a essa realidade. Na captação da expressividade humana, objetividade em atividades cotidianas, o estudo de caso propõe a exploração e o aprofundamento dos dados, para a transcendência da realidade investigada, ao submetê-los a referência analítica mais complexa.

Neste sentido, o estudo de caso é usado quando se deseja analisar situações concretas, nas suas particularidades. Seu estudo é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais (DINIZ, 1999).

O estudo de caso é exploratório e tem como principal utilidade a possibilidade de apreensão do problema nos seus diferentes traços, inquirindo o pensamento lógico e estimulando a experiência intelectual. Sua importância também está no fato de não fazer do conhecimento descritivo o

alvo essencial, mas de promover a ruptura do senso comum, através de um processo de compreensão dos elementos mais significativos, investigados com profundidade (DINIZ, 1999, p. 46).

Para Yin (2005), um estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Como estratégia de pesquisa, o autor enfatiza que o estudo de caso compreende um método que abrange tudo tratando da lógica do planejamento, das técnicas de coletas de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos.

O estudo de caso consiste em uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com vistas a promover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo. O fenômeno não está isolado de seu contexto (como nas pesquisas de laboratório), já que o interesse do pesquisador é justamente essa relação entre o fenômeno e o seu contexto.

Com o referencial teórico obteve-se o aprofundamento das categorias propostas neste trabalho: “Educação”, na perspectiva Profissional e Tecnológica; “Assistência Estudantil”; “Auxílio Permanência” e “Vulnerabilidade Social” – condição dos alunos contemplados com o Programa Auxílio Permanência.

6 QUEM SÃO OS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA: OS SUJEITOS DA PESQUISA

Através de um questionário (vide Apêndice C) foram coletados os dados que permitiram analisar o universo dos 44 (quarenta e quatro) alunos participantes do Programa Auxílio Permanência (PAP), sujeitos da pesquisa, segundo variáveis como sexo, faixa etária, escolaridade, renda per capita, local de moradia, situação de moradia, bem como a participação ou não, em Programas Sociais do Governo Federal.

As informações coletadas constituem parte de um dos objetivos da pesquisa que consistia em descrever o perfil socioeconômico dos alunos contemplados com o Auxílio Permanência da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus Brasília*, dentro do período de tempo compreendido entre: 2011/2; 2012/1 e 2012/2.

Com relação à caracterização dos alunos participantes do PAP pode-se constatar que, desde o início do Programa em 2011/2, até o período final de realização dessa pesquisa, ou seja, 2012/2, 23 alunos receberam o Auxílio Permanência por três semestres e, outros 21, por apenas dois semestres. Esse fato pode ser compreendido através do resgate dos Históricos dos Processos Seletivos. Em 2011/2, foram ofertados 54 auxílios e ao final do semestre, 21 alunos concluíram o curso.

Já em 2012/1, foram ofertados apenas 44 auxílios. Após a avaliação socioeconômica, observou-se que, apenas 27 alunos veteranos foram contemplados por permanecerem em condição de vulnerabilidade social; outros 6, foram indeferidos do processo porque foi identificada melhora na sua situação financeira. Dessa forma, no referido semestre, o PAP contemplou 17 alunos novatos.

Em 2012/2, observou-se que, dos 44 alunos participantes, 40 permaneciam no IFB e ainda apresentando condição de vulnerabilidade social; 4 estudantes concluíram o curso, ficando assim, disponibilizadas 4 novas vagas para serem preenchidas com os alunos que se inscreveram no Processo Seletivo para o PAP 2012/1 e que estavam aguardando em lista de espera.

Tabela 3 – Início da participação no Programa Auxílio Permanência.

Período	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
2011/2	23	52,3
2012/1	21	47,7
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Durante a aplicação do questionário de avaliação dos impactos do PAP, os alunos foram questionados a respeito dos critérios de seleção do referido programa. De acordo com a opinião dos participantes, a expressiva maioria 90,9%, declarou que foram muito exigentes, porém necessários, visto que, era preciso comprovar, através da apresentação de documentação, todas as informações prestadas. Apenas 9,1% dos estudantes afirmaram que o processo poderia ser mais simples. Entretanto, essa estratégia de seleção, mediante a análise desses critérios, foi discutida com o grupo de assistentes sociais e pedagogos do IFB, considerando a alta procura e o limitado número de auxílios.

Tabela 4 – Opinião sobre os critérios para participação no Programa Auxílio Permanência.

Crítérios	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Foram muito exigentes, porém, necessários.	40	90,9
Foram muito exigentes e desnecessários.	-	-
Poderiam ser mais simples.	4	9,1
Não informou.	-	-
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Tabela 5 – Quantitativo de auxílios ofertados – 2012/1.

Tipo de Auxílio	Oferta	Oferta %
Grupo I – R\$ 200,00	9	20,5
Grupo II – R\$ 100,00	35	79,5
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Em relação ao curso observou-se que, houve uma maior concentração dos alunos 36,4% no curso de Serviços Públicos, sendo seguida pelos estudantes do curso de Eventos com 29,5%. Há também representação de alunos que realizam o curso de Informática 20,5% e de Licenciatura em Dança 11,4%, entre os alunos do programa. Deste universo, há apenas um aluno do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Espanhol. Vale destacar que, todos os alunos matriculados nos cursos presenciais com carga horária superior a 200 horas/aula, puderam concorrer à seleção. Entretanto, após minuciosa avaliação socioeconômica, foram atendidos somente os que apresentavam condição de vulnerabilidade social, dentro do número de vagas ofertadas.

Tabela 6 – Quantitativo de participantes por curso.

Critérios	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Eventos	13	29,5
FIC Espanhol	1	2,2
Informática	9	20,5
Licen. Dança	5	11,4
Serviços Públicos	16	36,4
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Os cursos no IFB são oferecidos nos três turnos, manhã, tarde e noite. Através da tabela, pode-se observar que, 54,5% dos alunos do PAP, frequentam o turno noturno, o que pode ser decorrente do fato de o estudante trabalhar durante o dia. Os outros 45,4% dos alunos frequentam as aulas nos períodos da manhã e da tarde.

É importante esclarecer que, o fato de o estudante trabalhar, não inviabiliza sua participação no programa, desde que permaneça em condição de vulnerabilidade social, ou seja, a sua renda *per capita* mensal familiar não ultrapasse o valor correspondente a 1 ½ salário mínimo, conforme o que está descrito no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Tabela 7 – Turno das aulas dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.

Turnos	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Matutino	14	31,8
Vespertino	6	13,6
Noturno	24	54,5
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Com relação à idade observou-se que, 86,4% dos alunos do PAP encontram-se na faixa etária entre 18 a 39 anos, ou seja, situados na faixa da população economicamente ativa. A maioria representada por mulheres 70,5%, o que nos faz refletir sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e a consequente busca por capacitação e qualificação.

Tabela 8 – Faixa etária dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.

Idade	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
18 a 24	16	36,4
25 a 29	5	11,4
30 a 39	17	38,6
40 a 49	3	6,8
Mais de 50	3	6,8
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Tabela 9 – Sexo dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.

Sexo	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Masculino	13	29,5
Feminino	31	70,5
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

A maioria desses alunos tem o ensino médio completo. Interessante notar que há evidências de alunos com o ensino superior incompleto 15,9% e também de um aluno, com ensino superior completo, buscando profissionalizar-se através da realização de cursos técnicos. Nesse caso, pode-se supor que, não é somente a

falta de escolaridade que limita a inserção no mercado de trabalho, mas, também, outros aspectos podem ser considerados, como a falta de experiência profissional.

Tabela 10 – Escolaridade dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.

Escolaridade	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Ensino Médio completo	36	81,8
Ensino Superior incompleto	7	15,9
Ensino Superior completo	1	2,3
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

No que diz respeito à condição financeira, também ficou claro a situação de vulnerabilidade socioeconômica desse grupo de estudantes, visto que, 72,71% deles têm renda *per capita* que não ultrapassa R\$ 340,00 mensais. Desses alunos, 25% têm renda entre R\$ 340,00 e R\$ 678,00 mensais e, somente um estudante tem renda superior a R\$ 679,00 porém, inferior a R\$ 933,00⁴ que representa o valor máximo para participação no programa, segundo as orientações do PNAES.

Para milhares de estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na Universidade e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão. Uma vez que sua capacidade intelectual e de formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à universidade, deixar de apoiar esses alunos de baixa renda seria uma discriminação no mínimo contraditória. (FONAPRACE, 2004)

4 O valor limite corresponde a 1 ½ salário mínimo, considerando o valor do salário mínimo igual a R\$ 622,00 vigente no ano de 2012.

Tabela 11 – Renda *per capita* familiar mensal dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.

Renda Mensal	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Até R\$ 169,00	7	15,9
R\$ 170,00 até R\$ 339,00	25	56,81
R\$ 340,00 até R\$ 678,00	11	25
R\$ 679,00 até R\$ 933,00	1	2,27
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Os gastos com moradia (aluguel e financiamento) fazem parte das despesas mensais de 36,4% dos alunos do PAP, enquanto que 63,6% afirmaram residir em imóvel próprio e/ou cedido. Ainda relacionado à questão da moradia foi constatado que, 11,4% dos alunos moram fora do Distrito Federal (DF) e outros 88,6% moram no DF, não necessariamente no Plano Piloto, o que pressupõe gastos expressivos com deslocamento, considerando que Brasília não conta com um sistema de transporte integrado.

Tabela 12 – Situação de moradia dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.

Situação	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Alugada/Financiada	16	36,4
Própria	15	34,1
Cedida	13	29,5
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Tabela 13 – Local de moradia dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência.

Local	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Distrito Federal	39	88,6
Entorno do Distrito Federal	5	11,4
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Para finalizar a questão do perfil dos alunos do PAP foi observado que, somente 11,4% deles são beneficiários dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal tipo Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), os quais representam alternativas temporárias de inclusão social para a população em situação de maior vulnerabilidade e risco social.

Segundo Mota (2008), a supervalorização da Política de Assistência Social, no período mais recente do neoliberalismo, caminha junto da mercantilização das outras políticas sociais. A autora aponta para um processo de consolidação de uma nova estratégia de dominação política que ocorre por meio do atendimento de algumas necessidades objetivas da classe trabalhadora, implicando, porém, numa forma de tornar passiva a questão social, deslocando o objeto de direito ao trabalho para o direito à assistência. Nessa perspectiva, assistir ao estudante deixa de ser, assim, parte do direito à educação, uma política universal estendida a todos os estudantes, passando a reproduzir a lógica vigente da assistência social: focalização e bolsificação, decorrentes do limite reduzido de alcance do programa, considerando o quantitativo de alunos em vulnerabilidade social.

Tabela 14 – Participação em Programas Sociais do Governo Federal.

Participação	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Sim	5	11,4
Não	39	88,6
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

6.1 Os sujeitos da pesquisa e seus relatos sobre o Programa Auxílio Permanência

A análise dos discursos dos alunos procurou captar o relato dos estudantes sobre o PAP, sobre os objetivos do programa, conhecer o grau de importância do programa na vida estudantil dos alunos em vulnerabilidade social, saber o que os estudantes têm feito com o recurso do Auxílio Permanência e por fim, conhecer a opinião dos alunos sobre quais aspectos a Assistência Estudantil pode melhorar a sua atuação junto aos alunos do IFB.

O PAP constitui-se num dos programas da Política de Assistência Estudantil do IFB que, por sua vez, é decorrente do PNAES, o qual busca viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O PNAES vem por em prática o que preconiza a legislação vigente: a educação como um direito público. Por se tratar de um direito fundamental, o poder público precisa garantir o acesso e a permanência do educando no espaço escolar, impedindo qualquer tipo de restrição a este exercício.

Ao questionar os alunos sobre suas percepções, enquanto estudantes atendidos pelo PAP, buscou-se compreender que noções eles tinham a respeito do recurso do Auxílio Permanência. Através dos dados coletados no questionário de avaliação, pode-se observar que, a grande maioria 97,72% dos alunos, entende o PAP como um benefício, como uma ajuda ou um auxílio. É possível perceber que eles não têm uma ideia clara sobre o que é a Assistência Estudantil. A maior parte dos estudantes reproduz o discurso de que a Assistência Estudantil deve ser voltada, preferencialmente, para alunos de baixa renda, privilegiando ações que atendam questões de ordem econômica.

Tabela 15 – Relatos dos alunos sobre o Programa Auxílio Permanência.

Relatos	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Benefício/Ajuda/Auxílio	43	97,72
Direito	1	2,27
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Eu acho que é um benefício muito grande que o IFB oferece, e eu me percebo como a beneficiária mesmo desse programa. Acho que é de grande importância, eu como aluna ter sido beneficiada com esse auxílio. Existe uma grande procura, e como o recurso é limitado, muitos conseguem e outros não... Então me sinto grata por estar participando dele. (Claudence, aluna do curso de Licenciatura em Dança)

Bem, é um privilégio tá (*sic*) participando do projeto pelo fato de, da gente estar passando por várias etapas. Vários alunos que entregam a ficha de inscrição e passam por uma grande peneira de seleção, de quem precisa mais. É super importante a gente frisar, justamente, quão grande privilégio participar desse projeto, ainda mais por ser aluno do primeiro edital, e também por ser do grupo G1, que é o grupo que recebe maior valor do auxílio, que é duzentos reais. Então assim... de certa forma é importante

salientar justamente esse fato de privilégio mesmo. De ser um aluno escolhido, entre tantos outros alunos que precisam da mesma forma que eu e não foram... (Rafael, aluno do curso de Eventos)

Assim, eu me vejo, primeiro como privilegiada né (*sic*), de poder participar desse programa que é uma ajuda e tanto pra que a gente conclua o nosso curso né (*sic*), que é difícil... É um privilégio mesmo, tá (*sic*) participando porque é... São poucos os auxílios, o programa tá (*sic*) pequeno ainda, tá (*sic*) começando, e muita gente fica de fora né (*sic*)... Mas, é um passo bacana do Instituto de fazer isso. Eu me vejo como privilegiada mesmo nesse, programa e, por outro lado, assim, é meio estranho porque mostra a sua vulnerabilidade financeira... (Aryane, aluna do curso de Informática)

Apenas um aluno expressou um entendimento diferenciado em relação ao termo, no qual o Auxílio Permanência assume um caráter de direito. Essa interpretação partiu de um aluno do curso de Serviços Públicos noturno.

Eu me percebo sendo atendido no direito né (*sic*)... no direito que, inclusive é constitucional, de ter acesso à educação. Eu me percebo que ele ajuda todos os alunos de baixa renda a melhorar a renda, a tirar da situação que nós vivemos atualmente, dando possibilidade de almejar é... almejar um futuro melhor né (*sic*) ?!?... porque atende as nossas necessidades mais básicas, como alimentação, transporte... é isso. (Mateus, aluno do curso de Serviços Públicos)

Desde o lançamento do primeiro Edital para o PAP, sempre houve a preocupação por parte do setor responsável pela Assistência Estudantil no IFB, *Campus* Brasília, em se referir aos alunos, como participantes ou usuários do PAP e, não como “beneficiários”, visto que, os alunos, estão usufruindo de um direito previsto em Lei. Conforme afirma Sposati et al. (2010), é o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito.

Mesmo assim, o resultado do estudo sinaliza que é preciso trabalhar com os alunos a fim de promover esclarecimentos sobre o PAP, sobre a Política de Assistência Estudantil do IFB, bem como sobre o PNAES, para que os estudantes conscientes de seus direitos, possam enfim, reivindicar maiores e melhores condições de permanência na instituição. A dimensão informativa no exercício profissional merece destaque, pois, além de incidir sobre os comportamentos, os valores e as atitudes dos alunos, também incide no compromisso profissional para com o discente numa formação cidadã. Nesta direção, o acesso à informação também aparece como um importante meio de efetivação de direitos.

Com relação ao objetivo do PAP, o discurso dos alunos, não destoou muito daquele expresso na Resolução nº. 026 do IFB que dispõe sobre a Política de Assistência de Estudantil do IFB.

Programa Auxílio Permanência: é um recurso financeiro de repasse direto ao estudante. Visa minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e contribuir para sua permanência e conclusão dos estudos.

Metade os alunos afirmou que o objetivo do PAP consiste em custear despesas básicas como alimentação/lanche, transporte e material didático. Outros 31,8% dos estudantes entendem que o objetivo do PAP é evitar a evasão no IFB, considerando neste caso, como causa da evasão, a falta de condições financeiras. Também se identificou que 18,2% dos participantes percebem o Auxílio Permanência como algo que possa resgatar a motivação e, dessa forma, auxiliar o aluno no processo de construção do conhecimento.

Tabela 16 – Objetivo do Auxílio Permanência na percepção do aluno partícipe do Programa Auxílio Permanência.

Objetivo	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Auxiliar/Motivar o aluno	8	18,2
Custear despesas básicas	22	50
Evitar a evasão no IFB	14	31,8
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

O objetivo do PAP na minha opinião é, como o próprio nome já diz, ajudar os alunos a permanecer no curso. Não adianta ser aprovado, conseguir a vaga, se você não tem como se manter no curso. Estudar exige um “gasto” ou “investimento” com passagem, com alimentação, com os textos que os professores passam, ou seja, com xerox. E o Auxílio Permanência é pra isso... eu acho... (Elissandra, aluna do curso de Eventos)

É fazer com que os alunos continuem estudando né (*sic*)?!? É uma ajuda pra que eles continuem... é... não desistam dos estudos. A maioria desiste por ter que trabalhar... então.. o auxílio ajuda os alunos a se manter no curso, estudando e usando o dinheiro do auxílio pra tirar uma xerox, comprar um salgado... a frequentar o curso com uma certa tranquilidade pois, o básico não vai faltar... (Aryane, aluna do curso de Informática)

O objetivo do auxílio, na minha opinião, é justamente, o de evitar a evasão no curso. Na Licenciatura em Dança, eu sou da segunda turma, no começo, eram quarenta alunos... Hoje, só tem onze alunos... Assim... a evasão é muito grande. Justamente pelo aluno necessitar entrar no mercado de

trabalho, conseguir se sustentar e ajudar sua família... Porque o auxílio não é somente o aluno receber o dinheiro e gastar como quer... Não, é pra tá (*sic*) sanando algumas das necessidades essenciais que o aluno tem, na escola, com os gastos do curso e até mesmo em casa. (Guilherme, aluno do curso de Licenciatura em Dança)

Bom, o auxílio eu acho que é.. Prá dar uma força mesmo. Porque o aluno não tem como se manter. Às vezes precisa tirar uma xerox, precisa comprar um livro, e até, se alimentar... Na minha turma, tinha aluno que ficava o dia inteiro aqui né (*sic*), pra poder acompanhar. O aluno que não tem computador em casa... era o meu caso no início, que eu não tinha tinha computador, então tinha que ficar aqui pra poder fazer as tarefas, então é... (gaguejo) um dinheiro que vem prá ajudar nessa questão. Ah, você não tem um tostão, você não tem um Real... Com o dinheiro do auxílio você consegue comprar uma coxinha, comprar um lanche... Então é eu vejo dessa forma, que veio pra assegurar basicamente nesses gastos que são tudo na vida de um aluno carente... (Luana, aluna do curso de Informática)

A Secretaria de Educação Superior (SESu) estima que o custo com evasão no Sistema Federal é de R\$ 486 milhões ao ano. O problema da evasão é agravado pelo da retenção que ocorre quando os alunos permanecem no curso mais tempo que o estabelecido, ocupando uma vaga que poderia ser destinada a outro candidato.

A ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população pode fazer com que, muitos desses estudantes desistam de seus cursos, ou mesmo retardem sua conclusão. O FONAPRACE (1997) apontou as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, como uma das causas externas da evasão e da retenção. A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional os impedirão de competir com aqueles trabalhadores capacitados para atender às exigências do mercado de trabalho formal. Essa condição gera uma disparidade no acesso ao mundo do trabalho, originando duas escalas de trabalhadores:

Criou-se de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 1997, p. 184).

Nessa perspectiva, pode-se concluir que é indiscutível, a necessidade de promover investimentos na melhoria das condições e da qualidade de vida dos alunos, como estratégia para se alcançar o êxito escolar no percurso formativo dos estudantes em vulnerabilidade social.

Os alunos do PAP também foram questionados sobre como utilizam o recurso do programa. Essa questão permitia ao estudante escolher mais de um item nas suas respostas. Os gastos com material didático e/ou pedagógico foram identificados em 65,5% das respostas, seguidos por 56,8% que apontaram gastos com alimentação/lanche. As despesas com transporte foram identificadas em 47,7% dos estudantes. Alguns alunos também afirmaram que utilizam o auxílio para colaborar com as despesas de casa, o que é perfeitamente compreensível, considerando o grau de vulnerabilidade desses estudantes.

Entretanto, reafirma-se que a obrigação com a frequência e com o rendimento devem ser primordiais, visto que, para legitimar sua participação no programa, o aluno selecionado assina um documento assumindo esse compromisso. Nenhum dos entrevistados informou usar o recurso do PAP com atividades relacionadas ao lazer.

Tabela 17 – Utilização do Auxílio Permanência*.

Utilização do Auxílio	Frequência	Frequência %
Aquisição de material didático e/ou pedagógico	29	65,5
Alimentação/Lanche	25	56,8
Passagens/Transporte	21	47,7
Despesas de casa	15	34,1
Outros (computador, exame)	3	6,81
Lazer	-	-
Total	44	100,00

* Questão de múltipla escolha.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

No início, é, a gente teve o problema da greve aqui no IFB, então demorou muito sair o auxílio. Como eu não tinha renda e não tinha o auxílio ainda, então eu peguei um dinheiro emprestado... quando o dinheiro saiu, eu paguei quem eu devia... (risos). Depois, no segundo e no terceiro módulos, eu usei nas próprias atividades do curso. Às vezes eu tinha que trazer um material, tinha que comprar material pra fazer trabalho, pra fazer um evento e me socorria do Auxílio Permanência... Todos os eventos que nós fizemos aqui no IFB foram com recursos próprios. (Gilmara, aluna do curso de Eventos)

Bem, primeiro, assim que eu recebo o auxílio, eu sempre faço um orçamento. Eu acho que tudo na nossa vida tem que ser administrado. Por mais que seja pouco, por mais que muito... tem que ser administrado. Então, a primeira coisa que eu faço, é dividir o valor... os duzentos reais. Divido em dois, e faço o orçamento mensal, de quanto eu posso gastar em lanche, porque muitas das vezes eu fico aqui o dia todo... Eu também uso de certa forma o valor do auxílio pra pagar alguma conta... uma conta de energia, uma conta de água...pra ajudar nas despesas de casa. (Guilherme, aluno do curso de Licenciatura em Dança)

O auxílio me proporcionou comprar um computador... eu consegui comprar um computador com a ajuda do auxílio. Pro meu curso, você ter um computador é um... É um... (gaguejo) facilitador extremo... Porque tudo o que a gente faz no nosso curso, é com o computador. Então eu comprei um computador, com boa parte do Auxílio Permanência e paguei suaves prestações... Mas, o auxílio não me deixou na mão não, né (*sic*)?!? Teve uns meses que atrasou, mas, consegui pagar meu computador... Há, também sempre que dá, uso o auxílio pra comprar um lanche... (Luana, aluna do curso de Informática)

Ah, o auxílio me ajuda a pagar transporte, alimentação, material escolar. É muito ruim você vir pra escola, e muitas vezes, você não ter um tostão no bolso...Você se desconcentra... O aluno quer fazer um lanche, não tem... Quer imprimir uma cópia, não tem... Então ele me ajuda e muito (gaguejo) na aquisição desses materiais, de alimentação, é isso... (Mateus, aluno do curso de Serviços Públicos)

A pesquisa também procurou saber qual o grau de importância do PAP na trajetória estudantil do aluno em vulnerabilidade social. Para essa questão os alunos puderam atribuir notas de 5 (Cinco) à 10 (Dez), considerando que “5” representava totalmente insatisfeito e “10” plenamente satisfeito. De acordo com os dados coletados, 61,3% dos alunos apontaram que, o grau de importância do Auxílio Permanência merece notas entre nove e dez. Também foi identificado que 18,2% dos alunos atribuíram nota oito e ainda que 20,5% dos alunos atribuíram nota sete. Nenhum dos alunos expressou notas cinco e seis para o PAP.

Tabela 18 – Importância do Programa Auxílio Permanência na vida estudantil do aluno partícipe do Programa Auxílio Permanência.

Nota	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Cinco	-	-
Seis	-	-
Sete	9	20,5
Oito	8	18,2
Nove	13	29,5
Dez	14	31,8
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Bom, o grau de importância é de 100%... Na minha opinião, sem o auxílio, grande parte dos alunos já teriam desistido ou trancado mesmo querendo estudar... É porque estudar exige dinheiro que, muitas vezes, o aluno não tem de onde retirar... imagina só no meu caso, que sou moradora do entorno... (Claudence, aluna do curso de Licenciatura em Dança)

Eu acho o Auxílio Permanência muito importante... Assim, numa escala de zero a dez, ele é dez! Tem colegas minhas, por exemplo, que... Às vezes, ficam a semana toda sem vir pra aula... ah, porque??? Porque estava sem dinheiro pra vir... Pra pagar a passagem. Tava simplesmente sem dinheiro pra pegar o ônibus, o metrô... Então eu acho ele muito importante... Pra mim...ele é fundamental. (Ana Cláudia, aluna do curso de Serviços Públicos)

Eu dou nota 9,5 (nove e meio), porque simplesmente, nem sempre o auxílio sai numa data certa... e você tá (sic) precisando do dinheiro em certa ocasião. Às vezes, ela atrasa um mês... Atrasa dois... E a gente tem despesas que são diárias... São nossos gastos como estudantes como: passagens, xeroxs, enfim... que fazem parte da rotina de todo aluno... (Augusto, aluno do curso de Informática)

É... eu acho muito importante porque você supre a sua necessidade imediata... Mas, por outro lado, faz você pensar, puxa como minha situação financeira está crítica... e aí você tenta mudar o rumo dessa situação... É importante ter esse benefício como algo transitório... É um motivo a mais pro aluno vir pra aqui... Ajuda a comprar um lanche, nos gastos com passagem... Acho que o Auxílio Permanência é muito importante mesmo pro aluno carente... (Caroline, aluna do curso de Licenciatura em Dança)

Ah através do Auxílio Permanência você tem um compromisso que fica incutido... eu tô recebendo um benefício... eu tenho que conseguir me manter no curso e ter boas notas né?!?... Se tá (sic) faltando dinheiro, o auxílio está ali... Então, eu passei a me cobrar muito mais... A exigir mais de mim mesma... (Elissandra, aluna do curso de Eventos)

A pesquisa também identificou que 93,2% dos alunos afirmaram que o Auxílio Permanência influencia positivamente no seu rendimento escolar. Já 6,8% dos alunos negaram o impacto do programa no aproveitamento dos seus estudos.

Tabela 19 – Opinião sobre a influência do Auxílio Permanência no rendimento escolar do aluno partícipe do Programa Auxílio Permanência.

Influência	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Sim	41	93,2
Não	3	6,8
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Com o Auxílio Permanência resgatei minha motivação para estudar... Posso me dedicar ao curso sem me preocupar com questões básicas como o dinheiro da passagem, os gastos com o material de estudo, como xerox, impressões... É muito complicado você querer estudar, mas, se deparar com a falta de condições mínimas que possam garantir a concretização de seu objetivo. (Mateus, aluno do curso de Serviços Públicos)

Com o Auxílio Permanência agora tenho internet em casa e isso me ajuda muito nos meus trabalhos... Sou aluno do curso de informática e através desse dinheiro, estou conseguindo me dedicar mais aos meus estudos e ter melhores notas. (Teófilo, aluno do curso de Informática)

Acredito que só pelo fato de já ter o dinheiro certinho prá pagar as passagens e vir pro IFB, já está influenciando no meu rendimento, pois sem o auxílio, não conseguiria nem isso... Também costumo comprar material de estudo e livros que não têm disponível na biblioteca. (Gilmara, aluna do curso de Eventos)

Uma coisa básica pra se fazer um curso com o melhor aproveitamento possível é ler os textos exigidos pelos professores. É impossível fazer uma prova sem discutir as leituras obrigatórias. Pra muita gente é simples resolver o problema: ir até a xerox e fazer as cópias... Mas, quando não se tem dinheiro??? Sem contar os gastos com passagens, lanches... Por isso que acredito firmemente na influência positiva do auxílio no meu rendimento. (Elissandra, aluna do curso de Eventos)

Numa outra linha de raciocínio, foram identificados três alunos que expressaram opinião contrária, como por exemplo, o de uma aluna do curso de Serviços Públicos, uma do curso de Licenciatura em Dança e uma terceira, do curso de Informática:

O auxílio é para ajudar os alunos nas suas despesas pedagógicas. O rendimento escolar depende do interesse e do tempo de dedicação de cada um. (Juliana, aluna do curso de Serviços Públicos)

Esse auxílio é necessário para completar a minha renda, porém não interfere no meu rendimento escolar. (Caroline, aluna do curso de Licenciatura em Dança)

O auxílio é só uma ferramenta... o resto é com o aluno... De que adianta receber o dinheiro, frequentar as aulas e não estudar o conteúdo... Eu penso assim... (Aryane, aluna do curso de Informática)

Com relação à questão da evasão escolar percebe-se que, ela está entre os temas que historicamente fazem parte dos debates e das reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa espaço relevante na atualidade, no cenário das políticas públicas relacionadas à educação. Existem diversos fatores que podem influenciar diretamente nesse processo, como por exemplo, os ligados à instituição de ensino, ao próprio aluno, à metodologia que está sendo utilizada, causas sociais, financeiras, etc. O art. 3º do PNAES pontua que as ações de Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Dessa forma, a pesquisa procurou conhecer a opinião dos alunos sobre a influência do Auxílio Permanência em evitar a evasão escolar, ou seja, em contribuir para que o aluno que recebe o auxílio continue estudando e conclua o seu curso de forma exitosa.

De acordo com os dados coletados, pode-se observar que, para 90,9% dos estudantes o recebimento do auxílio contribui para evitar a evasão do aluno em vulnerabilidade no IFB. Entretanto, identificou-se que 9,1% dos alunos não concordam com essa afirmação.

Tabela 20 – Opinião sobre a influência do Auxílio Permanência em evitar a evasão escolar do partícipe do Programa Auxílio Permanência.

Influência	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Sim	40	90,9
Não	4	9,1
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

O auxílio é um incentivo para o aluno permanecer no curso. É uma renda que vem ajudar a somar e a contribuir para o processo de formação do conhecimento. Sem o auxílio muitos dos alunos já teriam largado o curso... Não por querer... Não por vontade própria, mas, por falta mesmo de condições financeiras. (Mateus, aluno do curso de Serviços Públicos)

O auxílio permite ao aluno melhores condições para frequentar as aulas... você pode comprar material, um lanche, etc.... dá uma sensação de segurança saber que todo mês você vai receber um valor monetário que auxiliará nas suas necessidades básicas relacionadas à sua educação. Sem esse recurso não teria chegado até aqui... já estou prestes a concluir o terceiro módulo e recebo o auxílio desde o lançamento do programa. (Claudénice, aluna do curso de Licenciatura em Dança)

O tema da Assistência Estudantil é recorrente nas mobilizações dos estudantes por todo o país, pois interfere diretamente, no seu processo de formação, nas condições de permanência nos cursos, na vida pessoal e social. Retomar a questão social e suas múltiplas expressões remete a entender que, os alunos que buscam a Assistência Estudantil, muitas vezes, são oriundos de famílias que, historicamente passaram, e ainda passam, pelos processos de violência, culpabilização, sofrimento, falta de reconhecimento, entre tantos outros. Dessa forma, entende-se que, trabalhar para este público na lógica do direito e não na do favor é, no mínimo, uma obrigação ética e moral por parte daqueles que executam a Política de Assistência Estudantil.

Por fim, na perspectiva de sempre aprimorar o trabalho desenvolvido pela Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CGAE) e visando atender os alunos em suas expectativas e anseios, considerando as orientações, princípios e diretrizes descritos na Política de Assistência Estudantil do IFB, buscou-se saber dos estudantes, em quais aspectos o setor poderá melhorar a sua atuação.

Tabela 21 – Aspectos que podem melhorar a atuação da Assistência Estudantil no Instituto Federal Brasília.

Influência	Quantitativo de Alunos	Quantitativo de Alunos %
Não atrasar o repasse do auxílio	17	38,6
Aumentar o valor do auxílio	13	29,5
Aumentar a quantidade de auxílios ofertados	6	13,6
Não precisa melhorar	8	18,2
Total	44	100,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

A partir das opiniões, coletadas 38,6% dos estudantes afirmaram que, o atraso no recebimento do auxílio é algo que deveria ser observado. A Coordenação concorda com a opinião dos alunos nesse sentido, visto que, se o recurso tem o objetivo de garantir a permanência, considerando a questão financeira, a impontualidade no repasse poderá provocar prejuízos no planejamento mensal dos discentes, resultando em falta às aulas, falta de material de estudo, enfim, impactando negativamente no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre essa questão o setor atua no esclarecimento junto aos participantes do PAP que, o repasse do auxílio está condicionado a uma liberação da Pró-Reitoria de Administração. À CGAE cabe o papel de encaminhar as listagens da frequência dos alunos com a respectiva solicitação de pagamento. Dessa forma, sugere-se a simplificação do fluxo e a desburocratização do sistema para que os alunos possam ter acesso ao recurso até o 10º dia útil do mês, conforme está descrito nos documentos institucionais da Pró-Reitora de Ensino disponível no portal do IFB.

Também foi observado que 29,5% dos estudantes sugeriam que o valor do auxílio fosse aumentado e, ainda 13,6% que o quantitativo de auxílios ofertados deveria ser ampliado. A tendência para a busca da auto-manutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas remunerados, sinaliza para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitando o desempenho acadêmico. Vale registrar que 18,2% dos estudantes informaram que o setor não precisa melhorar sua atuação.

Aumentar a quantidade de bolsas oferecidas, e aumentar o valor das bolsas. Eu acho que o valor do G1 e do G2, é relativamente baixo pras necessidades que a gente tem durante o curso, principalmente quando você chega no terceiro módulo que você tem que fazer muitos relatórios. Então você gasta muito com xerox, com impressão, essas coisas, realmente fica mais pesado. (Gilmara, aluna do curso de Eventos)

A Assistência Estudantil trabalha com muita dedicação. Estamos bem próximos da CGAE e somos sempre muito bem atendidos por todos que fazem o setor. Para que possa melhorar a atuação da CGAE é preciso que aumente não somente o valor dos auxílios, como também a quantidade ofertada. Já para os alunos que já fazem parte do PAP seria muito bom se o dinheiro saísse numa data certa... prá (*sic*) gente não atrasar com os compromissos da gente, com os nossos gastos enquanto estudante profissional. (Claudence, aluna do curso de Licenciatura em Dança)

Então... Eu acho que um número maior de bolsas poderia ser disponibilizado. Eu não sei se isso envolve a Assistência Estudantil, ou se é uma coisa maior, dentro da organização do IFB, Reitoria e tal... Mas, se um número maior de auxílios fosse ofertado, eu acho que não teria tanta espera... Seria mais uma esperança na vida dos alunos carentes. (Mateus, aluno do curso de Serviços Públicos)

Eu acho o valor ainda baixo né (*sic*)?!? E apenas uma pequena quantidade de alunos recebe... Eu acho que todos os alunos que estudassem no Instituto deveriam receber, porque, pelo menos na minha turma, a maioria dos alunos que vão conseguir concluir, todos recebiam o Auxílio Permanência. Era um estímulo a mais pra eles continuarem nos estudos. (Augusto, aluno do curso de Informática)

6.2 Frequência e rendimento dos alunos participantes do Programa Auxílio Permanência – Grupos 1 e 2

O presente trabalho de pesquisa acompanhou a frequência e o rendimento dos alunos contemplados com o PAP nos períodos de 2011/2, 2012/1 e 2012/2, a fim de analisar, se o objetivo do referido programa foi alcançado. Esses dados foram coletados através da análise de documentos institucionais e dos diários de aula dos professores, relativos aos seguintes cursos: Técnico em Informática e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Serviços Públicos; Técnico em Eventos; Licenciatura em Dança e Curso FIC de Espanhol, com o propósito de verificar se, o recebimento do auxílio, influencia ou não, o percurso formativo dos estudantes em vulnerabilidade social, consoante um dos objetivos desta pesquisa.

De acordo com o regulamento do Ensino Técnico do IFB, a avaliação do processo de aprendizagem é processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo professores e alunos, bem como as práticas globais do processo educativo, devendo garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos e os conteúdos envolvidos, primando pelos princípios da avaliação integral do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (art. 24 da LDB de 1996).

Em relação ao resultado do rendimento acadêmico dos alunos são considerados a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares, conforme descrição abaixo:

- I. Estará aprovado no componente curricular o aluno com nota final maior ou igual a 6,0;
- II. Estará retido na componente curricular o aluno com nota final inferior a 6,0;
- III. A frequência mínima para aprovação é de 75% da carga horária estabelecida para o período letivo (IFB, 2012).

Por uma questão de sigilo e para facilitar a identificação e a posição dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, chamaremos os alunos de "A1", "A2", "A3"... sucessivamente até "A44", ou seja, o universo total dos alunos atendidos pelo PAP da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*, nos períodos supramencionados (Apêndice G).

6.2.1 Curso: Técnico em Informática

O Curso Técnico em Informática e Desenvolvimento de Sistemas faz parte do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação. Está formatado numa grade horária que compreende 1160 horas, sendo 1000 horas/aulas + 160 horas de estágio obrigatório, distribuídas em três módulos. De acordo com a proposta do plano de curso em análise, o aluno tem a oportunidade de aprender a desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação; a utilizar ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados; realizar testes de programas de computador e executar a manutenção de programas de computadores implantados (IFB, Manual, 2012).

Durante o período de realização da pesquisa, o PAP contemplou 9 alunos do Curso Técnico em Informática, sendo 2 alunos do G1 e 7 alunos do G2. De acordo com o acompanhamento desses estudantes, o resultado do rendimento e do quantitativo de faltas apurados no referido curso foram satisfatórios.

Tabela 22 – Média geral do curso Técnico em Informática.

Média	
Faltas Acadêmicas %	Rendimento Acadêmico
5,67	72,10

* Fórmula utilizada para o cálculo da média geral das faltas e do rendimento acadêmico:

A fórmula matemática usada para calcular a porcentagem das faltas foi: $(Y/X)*100$:

Sendo: X= Número de horas aulas totais; Y=Número de faltas.

A fórmula matemática usada para calcular a média escolar foi: (X/Y) :

Sendo: X=Soma de todas as notas obtidas; Y=Soma das matérias.

Considera-se que cada falta corresponde a 1 (uma) hora/aula. Após a média individual dos alunos, os valores foram somados e divididos pelo número total de participantes por cada curso.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

6.2.2 Curso: Técnico em Serviços Públicos

O Curso Técnico em Serviços Públicos faz parte do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios. Está formatado numa grade horária que compreende 1120 horas, sendo 960 horas/aulas + 160 horas de estágio obrigatório, distribuídas em três módulos. A proposta do então plano de curso oportuniza o estudante a aprender a executar as operações decorrentes de programas e projetos de políticas públicas; a executar as funções de apoio administrativo; a auxiliar no controle dos procedimentos organizacionais; a auxiliar na organização dos recursos humanos e materiais, como também a utilizar ferramentas de informática básica como suporte às operações (IFB, Manual, 2012). Foram atendidos 16 alunos do Curso Técnico em Serviços Públicos, sendo 2 alunos do G1 e 14 alunos do G2 durante o período de realização da pesquisa. Pode-se constatar que, o resultado do rendimento e do quantitativo de faltas apontados, também foram satisfatórios.

Tabela 23 – Média geral do curso Técnico em Serviços Públicos.

Média	
Faltas Acadêmicas %	Rendimento Acadêmico
8,73	73,50

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

6.2.3 Curso: Técnico em Eventos

O Curso Técnico em Eventos faz parte do Eixo Tecnológico de Hospitalidade e lazer. Está formatado numa grade horária que compreende 1060 horas, sendo 900 horas/aulas + 160 horas de estágio obrigatório, também distribuídas em três módulos. A proposta do plano de curso do Técnico em Eventos deve ensinar o aluno a atuar na prospecção, no planejamento, na organização, na coordenação e na execução dos serviços de apoio técnico e logístico de eventos e cerimoniais, utilizando o protocolo e a etiqueta formais; a realizar os procedimentos administrativos e operacionais relativos a eventos; a recepcionar e a promover serviços de eventos; a planejar e a participar da confecção de ornamentos

decorativos; a coordenar o armazenamento e o manuseio de gêneros alimentícios servidos em eventos (IFB, Manual, 2012).

O PAP contemplou 13 alunos do Curso de Eventos, sendo 4 alunos do G1 e 9 alunos do G2. Os dados coletados evidenciam que a quantidade de faltas e o rendimento acadêmico desses alunos, pode ser considerada satisfatória.

Tabela 24 – Média geral do curso Técnico em Eventos.

Média	
Faltas Acadêmicas %	Rendimento Acadêmico
13,61	77,63

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

6.2.4 Curso: Licenciatura em Dança

O Curso de Licenciatura em Dança faz parte do Eixo Linguística, Letras e Artes. A grade horária do referido curso compreende 3283 horas, distribuídas em oito módulos. De acordo com a proposta do plano de curso, o licenciado em dança será um artista-educador que irá relacionar teoria e prática pedagógica em seus aspectos críticos, reflexivos e conceituais; irá dominar competências específicas da dança e do ensino e os aplicar na aprendizagem significativa da dança e no exercício da cidadania; a desenvolver atividades educacionais nas danças em interação com outras linguagens artísticas e atuar como agente cultural incentivador de atividades artísticas e de apreciação crítica e estética no meio sócio-político-educacional em que vive (IFB, Manual, 2012).

Durante o período de realização da pesquisa, o PAP contemplou 5 alunos do Curso de Licenciatura em Dança, sendo 1 aluno do G1 e 4 alunos do G2. Conforme os dados coletados, é possível concluir que, em relação ao número de faltas e ao rendimento desses estudantes, obteve-se uma média geral satisfatória.

Tabela 25 – Média geral do curso Licenciatura em Dança.

Média	
Faltas Acadêmicas %	Rendimento Acadêmico
11,29	79,50

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

6.2.5 Curso: FIC - Espanhol

O Curso de Espanhol integra o conjunto de cursos de FIC, ou seja, cursos profissionalizantes de curta duração que tem o objetivo de promover a qualificação profissional do educando. Compreende uma grade horária de 205 horas/aulas (IFB, Manual, 2012).

O PAP contemplou apenas um aluno do Curso FIC em Espanhol para compor o G2, durante a realização dessa pesquisa e, os dados revelam que, os resultados alcançados também foram satisfatórios, considerando a frequência e o rendimento.

Tabela 26 – Média geral do curso FIC – Espanhol.

Média	
Faltas Acadêmicas %	Rendimento Acadêmico
13	82,00

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Tabela 27 – Panorama geral da frequência e do rendimento dos alunos partícipes do Programa Auxílio Permanência.

Curso	Falta Acadêmicas – Média Geral (%)	Rendimento Acadêmico – Média Geral
Técnico em Informática	5,67	72,10
Técnico em Serviços Públicos	8,73	73,50
Técnico em Eventos	13,61	77,63
Licenciatura em Dança	11,29	79,50
FIC - Espanhol	13	82
Média Geral	10,46	76,95

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo realizada no período de janeiro a abril de 2013.

Com base nos dados coletados pode-se constatar que, o recebimento do Auxílio Permanência da Política de Assistência Estudantil do IFB influenciou positivamente na trajetória estudantil dos 44 alunos acompanhados, durante a realização desse trabalho de pesquisa, ou seja, 2011/2; 2012/1 e 2012/2, permitindo a todos os alunos atendidos, obter rendimento e frequência satisfatórios. Pode-se perceber que, houve um aproveitamento de conteúdo acima da média exigida, em todos os cursos, destaque para o FIC de Espanhol e para a Licenciatura em Dança. Com relação ao quantitativo de faltas, a média atingida ficou bem abaixo do limite, que é de 25%. Vale reforçar que, o regulamento do Ensino Técnico do IFB considera que, para fins de aprovação, é necessário ter média igual ou maior a 60% do conteúdo estudado e o quantitativo de faltas não superior a 25%.

O monitoramento e a avaliação são processos contínuos que acompanham, de modo permanente, as atividades da política e dos programas, buscando descrever e analisar, de maneira crítica, as metas atingidas a partir dos objetivos propostos, do contexto e do processo desenvolvido.

Com base na experiência do Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), monitoramento:

Consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados (VAITSMAN *et al.*, 2006, p. 21).

Ainda segundo o documento, a avaliação pode ser realizada por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de programas e políticas, segundo aquilo que foi definido em seus objetivos. Seu objetivo é melhorar as atividades em andamento e dar subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras (VAITSMAN *et al.*, 2006, p. 23).

Esta pesquisa analisou o PAP da Política de Assistência Estudantil do IFB, através da descrição do perfil socioeconômico dos alunos atendidos pelo referido Programa; de suas percepções sobre o Programa em questão e do acompanhamento da frequência e do rendimento desses estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória empreendida em torno da análise do Programa Auxílio Permanência (PAP) da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB) para os alunos em vulnerabilidade social permitiu alcançar um ponto de chegada, descrito ao longo dos capítulos deste trabalho de finalização de mestrado, que sinalizam algumas tendências conclusivas.

Ao longo das últimas décadas foram identificadas no Brasil, duas fases distintas na Assistência Estudantil. Na primeira fase, a Assistência Estudantil foi caracterizada pela informalidade, descrita através de ações de caráter pontual, descontínuo e marcado pela escassez de recursos. As ações eram centradas apenas em auxiliar as dimensões econômicas, atendendo aos problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como alimentação e moradia. Correspondeu a um período marcado pela construção de cidades universitárias, com o objetivo de criar uma identidade física para a instituição, além de acomodar a comunidade universitária. Porém, neste período, não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar efetivamente os estudantes.

Já na segunda fase, final da década de 1970, com o processo de redemocratização do Brasil, a Assistência Estudantil entra numa nova fase, na qual se evidencia um processo de formulação de políticas públicas com o objetivo de tratar a temática.

Com a nova configuração política criou-se espaço para os debates relacionados à garantia dos direitos sociais dos cidadãos. A Constituição Federal (CF) de 1988 representou o marco da garantia e da efetividade dos direitos fundamentais e da prevalência dos princípios democráticos.

Esse cenário permeado por discussões e elaboração de leis relacionadas à democratização dos direitos sociais fez emergir o problema da desigualdade na educação superior, de modo que, no Brasil, as condições de acesso a esse grau de ensino passaram a ser temas de intensos debates.

Com o avanço das discussões constatou-se que, não bastava garantir apenas o ingresso dos estudantes em um curso superior, porém, era preciso oferecer condições de permanência, sinalizando-se dessa forma, a possibilidade de investir na Assistência Estudantil.

A Política de Assistência Estudantil do IFB foi construída com base no Plano Nacional Assistência Estudantil - PNAES e contempla a operacionalização de sete programas de apoio ao estudante. Entretanto, apenas um deles, o PAP, vem sendo executado.

Através da realização deste trabalho no IFB, foi possível descrever o perfil socioeconômico dos alunos contemplados com o PAP, ouvir os seus relatos sobre o programa, bem como acompanhar a trajetória estudantil destes participantes durante os períodos de 2011/2; 2012/1 e 2012/2.

O objetivo da pesquisa foi alcançado na medida em que, foi possível levantar elementos para responder ao problema da pesquisa: “Será que o Auxílio Permanência faz a diferença na vida dos estudantes em vulnerabilidade social?”

Os dados coletados evidenciam que 86,4% dos alunos do PAP estão situados na faixa da população economicamente ativa, com idades entre 18 a 39 anos. A maioria, 70,5% é representada por mulheres. Com relação à escolaridade foi possível constatar que 81,8% desses alunos têm o Ensino Médio completo e que, 72,71% deles, têm uma renda *per capita* familiar que não ultrapassa R\$ 340,00 (Trezentos e Quarenta Reais) ficando evidente, a extrema vulnerabilidade social desse segmento estudantil. Dessa forma, estar entre o grupo de alunos que recebe o recurso do PAP, representa a condição limite entre, continuar estudando, ou evadir, em decorrência da falta de condições financeiras.

Ao percorrer o Resgate Histórico dos processos seletivos para o PAP (2011/2; 2012/1 e 2012/2) constatou-se o rigor dos critérios estabelecidos para a seleção dos estudantes. Tal rigor foi resultante de discussões entre o grupo de assistentes sociais e pedagogos do IFB, como uma estratégia para conciliar a alta procura e o limitado número de auxílios.

Para 90,9% dos alunos atendidos pelo PAP os critérios de seleção para o referido programa foram muito exigentes, porém, necessários. Diante disso, pode-se compreender porque, a maioria desses estudantes, ou seja, 97,72% têm a noção de que estão recebendo uma ajuda/auxílio, que se configura como um benefício e, não como, um direito fundamental, conforme está expresso no PNAES.

Eu acho que é um benefício muito grande que o IFB oferece... então me sinto muito grata em estar participando do programa.

É um privilégio tá (*sic*) participando do programa... De ter sido um aluno escolhido, entre tantos outros alunos que precisam da mesma forma que eu e não foram...

Dessa maneira, sugere-se trabalhar com os alunos para promover esclarecimentos sobre o PAP, sobre a Política de Assistência Estudantil do IFB, bem como sobre o PNAES, para que, os estudantes conscientes de seus direitos possam reivindicar maiores e melhores condições de desempenhar sua trajetória escolar com êxito, na perspectiva do direito e, não mais, do merecimento ou do favor.

No que dizem respeito às percepções dos alunos do PAP, sobre os objetivos do programa em questão, constatou-se que, 50% dos estudantes afirmaram que o objetivo do Auxílio Permanência é custear despesas básicas como: alimentação, transporte e material didático. Já para 31,8% deles, o objetivo do PAP é evitar a evasão no IFB.

Estudar exige um “gasto” ou “investimento” com passagem, alimentação, com xerox. E o Auxílio Permanência é pra isso...

[...] é fazer com que os alunos continuem estudando e frequentando o curso com certa tranquilidade, pois, o básico não vai faltar...

A pesquisa também procurou conhecer a opinião sobre a influência do Auxílio Permanência no rendimento escolar do aluno participante do programa. Os dados coletados sinalizaram que, para 93,2% dos alunos, o Auxílio Permanência influencia sim, no rendimento escolar satisfatório desses estudantes.

[...] com o Auxílio Permanência resgatei a minha motivação para estudar [...].

[...] só pelo fato de já ter o dinheiro certinho das passagens e vir pro IFB, já está influenciando do meu rendimento, pois, sem o auxílio, não conseguiria nem isso [...].

Considerando o grau de importância do PAP na trajetória estudantil do aluno em vulnerabilidade social a pesquisa constatou que, 61,3% dos alunos atribuíram notas entre nove e dez para o programa, fato que vem comprovar a relevância do auxílio no percurso formativo desses estudantes.

Por fim, os alunos também foram questionados a respeito dos aspectos que poderiam melhorar a atuação da Assistência Estudantil no IFB. Para a maioria deles,

ou seja, 38,6% dos estudantes, o atraso no repasse do recurso deveria ser observado, visto que, se o auxílio tem a finalidade de garantir a permanência do aluno em vulnerabilidade social, a impontualidade no repasse poderá resultar em falta às aulas, falta de material de estudo, enfim, impactar negativamente, no processo de ensino e aprendizagem. Também foram identificados 43,1% de estudantes que sugeriram que fossem aumentados os valores dos auxílios e o quantitativo ofertado a cada semestre.

Em relação ao rendimento e à frequência dos alunos participantes do PAP, constatou-se que, o recebimento do recurso proporcionou aos estudantes, rendimento satisfatório na medida em que, se observou um aproveitamento de conteúdo acima da média exigida, bem como um quantitativo de faltas, bem abaixo do limite que é de 25%, conforme Regulamento do Ensino Técnico do IFB. De acordo com os dados coletados, a maior média geral relativa ao aproveitamento de conteúdo ficou com o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Espanhol com nota igual a 82,00. Já a menor média geral de faltas acadêmicas ficou com o Curso de Informática com 5,67%.

A síntese que se apresenta neste momento é provisória, considerando que poderá servir como um ponto de partida para outros estudos, intervenções e olhares, dado a relevância do tema, incluindo estudos comparativos com grupos de alunos não vulneráveis. No entanto, esse esforço analítico exige destacar algumas sugestões para a consolidação do PAP da Política de Assistência Estudantil do IFB, bem como para promover a excelência de todas as ações executadas pela Coordenação Geral de Assistência Estudantil, IFB, *Campus Brasília*:

- Garantir o repasse do recurso aos alunos até o 10º dia útil de cada mês, conforme fluxo de pagamento do Auxílio Permanência disponível no portal do IFB, com o intuito de evitar transtornos no planejamento mensal dos discentes que possam impactar negativamente o processo de ensino e aprendizagem;
- Ampliar o valor do auxílio, bem como o quantitativo ofertado, considerando a demanda de alunos que se inscrevem e não conseguem ser contemplados, mesmo estando em condição de vulnerabilidade social e dentro dos critérios do programa;
- Promover a execução dos outros programas previstos na Política de Assistência Estudantil do IFB, com vistas a atender o maior número possível de alunos, levando em consideração não somente a questão da

vulnerabilidade socioeconômica, mas, também, envolvendo atividades relacionadas ao esporte, ao lazer, à cultura, ao meio ambiente e ao desenvolvimento técnico e científico;

- Criar um software de acompanhamento para monitorar a frequência e o rendimento dos alunos participantes do PAP, para que as avaliações sobre o programa possam ser realizadas periodicamente;
- Romper com as percepções distorcidas dos alunos sobre o PAP como uma questão de benefício/ajuda, esclarecendo sobre a real condição de que estão usufruindo um direito previsto em lei;
- Realizar semestralmente junto aos usuários, avaliações sobre os impactos do programa, com o objetivo de qualificar o atendimento às suas demandas, a partir de sugestões e/ou críticas construtivas.

Por fim, a Política de Assistência Estudantil no processo de efetivação de direitos constitui-se numa tarefa bastante complexa. Porém, há um papel fundamental do assistente social no enfrentamento desse desafio, ao exercer a dimensão informativa em sua atuação e compromisso profissionais para que, os estudantes conscientes de seus direitos, possam reivindicar maiores e melhores condições de permanência na instituição durante a realização de sua trajetória estudantil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

AKITA, Eric. Qualidade da educação no Brasil ainda é baixa, aponta Unesco. In: **Estadão.com.br**, 19 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,qualidade-da-educacao-no-brasil-ainda-e-baixa-aponta-unesco,498175,0.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

ALMEIDA, Ney L. T. Educação pública e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 63, 2000.

ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 1. jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

BACKX, S. O Serviço Social na Educação. In: REZENDE, I; CAVALCANTI, L. F. (Org.). **Serviço Social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

BAUER, W. M.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BELL, Judith. **Doing your research project: a guide for the first-time researchers in educational and social science**. 2. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 03 mai. 2012.

_____. _____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. _____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 07 mar. 2012.

_____. _____. _____. _____. **Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. _____. _____. _____. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CAMPOS, F. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

CUNHA, L. A. Campus Universitário: Opções ou Destino? In: MORHY, L. (Org.). **Universidade em Questão**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

CURI, Luiz Roberto Liza. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno 3, 13 de maio de 1998.

DINIZ, T. R. G. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: MATINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Vozes, 1999.

FÁVERO, M. L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

FIDEL, Raya. The case study method: a case study. In: GLAZIER, Jack D.; POWELL, Ronald R. **Qualitative research in information management**. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis – Moradias Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES**. Maceió, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

HARTLEY, Jean F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian (Ed.). **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – IFB. Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de Estudante, 2012**. Brasília, 2012.

_____. _____. _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/007_PDI%202009-2013%20IFB.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2013.

_____. **Resolução nº. 026-2011/CS/IFB. Política de Assistência Estudantil do IFB**. 2011. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br>>. Acesso em: 03 mai. 2012.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 75, p. 171-189, dez. 2001.

KINZO, M. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspc.** [on line], v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-883920010000400002>. Acesso em: 10 jan. 2013.

KUDE, Vera Maria Moreira. **Textos de metodologia de pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: mimeo, 2001.

LIMA, C. A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitários da UFPE. **Serviço Social em Revista**, Londrina, UEL, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002.

MARTINELLI, Maria L. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTA, Ana Elizabeth. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade, São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, A. J. B. Das ilhas à cidade – A Universidade visível: a longa trajetória para a escolha do local a se construir a cidade universitária da Universidade do Brasil (1935-1955). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 1, p. 1-15, 2006.

PERFIL Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior. Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 1997.

II PERFIL Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior. Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2004.

PLANO Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. **II Congresso Nacional de Educação – II CONED**, Belo Horizonte, 09 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

SARMENTO, H. B. M. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social**: elementos para uma rediscussão. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da Educação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1973.

SILVA, M. L. L. Um novo fazer profissional. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Módulo 4. Brasília: UnB, 2000.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; PAES-SOUSA, R. **Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil**. UNESCO, 2006. Policy Papers 17. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/TemplateHTML/PDFs/Most/mostport.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da Evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/>. Acesso em: 02 mai. 2012.

YASBEC, M. C. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após 10 anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, a. XXV, n. 77, p. 11-29, mar. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A
CARTA SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Brasília, _____ de Outubro de 2012.

Sr. Diretor
Gustavo Filice de Barros
Diretor Geral do Campus Brasília

Senhor Diretor,

Vimos por meio desta solicitar que V.S.^a autorize a realização da pesquisa da Assistente Social Andréa Pinto Graça Parente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e mestranda pelo Programa de Educação Profissional de Ensino Profissional e Tecnológico da Universidade Federal de Brasília/UNB, a fim de tratar de assunto referente ao estudo sobre a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação de Brasília - *Campus Brasília*.

O referido estudo, coordenado pela Prof^a Dr^a Maria da Conceição da Silva Freitas da UnB, requer levantamento de dados mediante análise de documentação junto ao Registro Acadêmico, à Coordenação Geral de Ensino e à Coordenação Pedagógica.

Desta forma, solicitamos a colaboração de V. S^a. no sentido de autorizar a realização da pesquisa em questão. No ensino, asseguramos a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos no referido estudo. Tal estudo culminará em dissertação de mestrado pela referida profissional.

A divulgação dessas informações e conclusões obtidas somente se dará mediante prévia autorização dos envolvidos diretamente nas entrevistas, preservando assim, seus interesses e o respeito aos padrões éticos. Ao término da pesquisa, os resultados estarão disponíveis para a sua apreciação e consulta.

Respeitosamente,

Dr^a M^a da Conceição da Silva Freitas
Parente

Professora orientadora (FE/UNB)

Andréa Pinto Graça

Mestranda (FE/UNB)

APÊNDICE B

CARTA DE APRESENTAÇÃO E DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA

Sou Andréa Pinto Graça Parente, Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e mestranda pela Universidade Federal de Brasília/UNB, orientanda pela professora Dra. Maria da Conceição da Silva Freitas, estou desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo promover uma avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFB para os alunos em vulnerabilidade social.

Solicitamos a gentileza de responder o questionário que segue. Não é necessário se identificar e por uma questão de ética, os dados coletados não serão divulgados com nome, mas solicitamos que seja fiel em suas respostas, pois a pesquisa consiste numa avaliação que tem a finalidade de realizar ajustes, se necessários, para enfim, promover a consolidação da Política de Assistência Estudantil junto ao Instituto Federal de Brasília. Agradeço sua participação e disponibilidade.

APÊNDICE C
QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS
DO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
Campus Brasília

Coordenação Geral de Assistência Estudantil - CGAE
Questionário de Avaliação dos Impactos do Programa Auxílio Permanência

Data: ___/___/___

Informações Pessoais
Curso: _____ Módulo: _____ Turno: _____
Sexo: _____ Faixa etária: _____ Renda <i>per capita</i> : _____
Situação de Moradia: _____ Local de Moradia: _____
Qual a sua Escolaridade? _____
Participa de Programas Sociais do Governo Federal: _____

Você é beneficiário do Programa Auxílio Permanência do G1 ou G2? _____

01. Desde quando você é beneficiário do Programa Auxílio Permanência?

() 2011/2 () 2012 / 1

02. Em relação aos critérios de seleção para participar do Programa Auxílio Permanência, expresse sua opinião.

- () Foram muitos exigentes, porém necessários
 () Foram muitos exigentes e desnecessários
 () Poderiam ser mais simples
 () Não informou

03. Como você tem usado o Auxílio Permanência?

- () Aquisição de materiais didático e / ou pedagógicos.
 () Custeio de passagens
 () Alimentação

- () Lazer
 () Contribuído com as despesas de casa
 () Outros _____

04. Na sua opinião, o Auxílio Permanência tem contribuído para que seu rendimento escolar seja satisfatório? Justifique:

- () Sim () Não

05. No seu ponto de vista, o Auxílio Permanência tem contribuído para a sua permanência no IFB?

- () Sim () Não Por quê?

06. Qual a importância do Programa Auxílio Permanência na sua vida estudantil? Atribua notas de 5 (cinco) à 10 (dez), sabendo que “5” representa totalmente insatisfeito e “10” plenamente satisfeito.

- 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

Questões Abertas

07. Como participante do Programa Auxílio Permanência da Política de Assistência Estudantil do IFB, como você se percebe nesse processo?

08. Qual o objetivo do Auxílio Permanência na sua opinião?

09. Na sua opinião, o que poderá ser feito para que a Assistência Estudantil possa melhorar a sua atuação junto aos estudantes do IFB?

10. Deseja participar de algum outro Programa / Projeto desenvolvido no IFB? Qual?

11. Gostaria de fazer outras observações?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
Campus Brasília

Coordenação Geral de Assistência Estudantil - CGAE

Roteiro de Entrevista

01. Como participante do Programa Auxílio Permanência da Política de Assistência Estudantil do IFB, como você se percebe nesse processo?

02. Qual o objetivo do Auxílio Permanência na sua opinião?

03. Você faz parte do grupo de alunos atendidos pelo Auxílio Permanência, desde _____ (informar período em que começou a receber o auxílio). Dessa forma, gostaríamos de saber qual a sua visão sobre o Programa Auxílio Permanência? Mudou? Era o que você imaginava?

04. Qual o grau de importância do Auxílio Permanência na sua opinião? (Nesta questão o aluno poderá atribuir notas de zero à dez).

05. O que você tem feito com o Auxílio Permanência?

06. Na sua opinião, o que poderá ser feito para que a Assistência Estudantil possa melhorar a sua atuação junto aos estudantes do IFB?

07. O que você tem a dizer sobre o Programa Auxílio Permanência? (Livre, o entrevistado fala espontaneamente tudo o que acha sobre o programa e o fato de fazer parte do limitado grupo de alunos que recebem o auxílio).

APÊNDICE E

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Brasília
Assistência Estudantil – Campus _____-DF

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

1. IDENTIFICAÇÃO					
NOME					SEXO () M () F
CPF	DATA DE NASCIMENTO		/ /		
CURSO	MATRÍCULA				
ENDEREÇO					Nº
BAIRRO	CIDADE			JF	
CEP	ZONA () URBANA () RURAL				
PONTO DE REFERÊNCIA					
TELEFONE FIXO/CELULAR	()				
EMAIL					
1.2. COMO VOCÊ SE DECLARA QUANTO A COR/ETNIA?					
a. () Branca.	b. () Preta.	c. () Parda.	d. () Amarela.	e. () Indígena.	f. () Não-declarada.
1.3. QUAL SUA FAIXA ETÁRIA?					
a. () Até 14 anos.	b. () De 15 a 17 anos.		c. () De 18 a 19 anos.		d. () De 20 a 24 anos.
e. () De 25 a 29 anos.		f. () De 30 a 39 anos.		g. () De 40 a 49 anos.	
h. () A partir de 50 anos.					
1.4. POSSUI ALGUMA NECESSIDADE ESPECIAL?					
a. () Não. b. () Sim. Qual? _____					
1.5. POSSUI ALGUM BENEFÍCIO SOCIAL?					
a. () Não. b. () Sim. Qual? _____					
1.6. QUAL O SEU ESTADO CIVIL?					
a. () Solteiro(a), sem filho(s).			e. () Separado(a) / Divorciado(a), sem filho(s)		
b. () Solteiro(a), com filho(s).			f. () Separado(a) / Divorciado(a), com filho(s)		
c. () Casado(a), ou com companheiro(a), sem filho(s).			g. () Viúvo(a), sem filho(s).		
d. () Casado(a), ou com companheiro(a), com filho(s).			h. () Viúvo(a), com filho(s).		
1.7. QUAL SERVIÇO DE SAÚDE QUE UTILIZA?					
a. () SUS – Sistema Único de Saúde.			b. () Associações Médica/Planos de Saúde		
c. () Oferecido pela Empresa ou Instituição			d. () Outros: _____		
1.8. QUAL O PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA VIR À ESCOLA?					
a. () A pé.		d. () Moto (transporte próprio).			
b. () Bicicleta.		c. () Automóvel (transporte próprio).			
c. () Carona.		e. () Transporte Coletivo.			
1.9. VOCÊ RESIDE EM IMÓVEL:					
a. () Próprio quitado			c. () Alugada. R\$ _____		
b. () Próprio em financiamento. R\$ _____			d. () Empréstada ou cedida.		

.10. NÚMERO DE CÔMODOS DA SUA RESIDÊNCIA (INCLUINDO BANHEIROS)

2. DADOS EDUCACIONAIS

2.1. QUAL O SEU GRAU DE INSTRUÇÃO?

- | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|------------------------|
| a. () Ensino fundamental incompleto | d. () Ensino médio completo. | i. () Especialização. |
| b. () Ensino fundamental completo. | g. () Superior completo. | j. () Mestrado. |
| c. () Ensino médio incompleto. | h. () Superior incompleto. | k. () Doutorado. |

2.2. ANO EM QUE CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL _____ **OU AINDA CURSANDO**
()

2.3. ANO EM QUE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO _____ **OU AINDA CURSANDO**
()

2.4. QUAL O SISTEMA DE ENSINO NO QUAL VOCÊ ESTUDOU OU ESTUDA?

2.4.1. ENSINO FUNDAMENTAL	2.4.2. ENSINO MÉDIO
a. () Público	a. () Público
b. () Privado.	b. () Privado.
e. () Público e Privado.	e. () Público e Privado.

2.5. HÁ QUANTO TEMPO PAROU DE ESTUDAR? (Selecione a quantidade)

() 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () Mais de 5 anos () Não parou de estudar

2.6. QUANTAS VEZES REALIZOU PROCESSO SELETIVO PARA O IFB? (Selecione a quantidade)

() 1ª vez () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () Mais de 5 vezes

2.7. QUAL A RAZÃO DE TER PARADO DE ESTUDAR?

- a. () Necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família.
 b. () Baixa condição financeira para se manter na escola.
 c. () Desinteresse pessoal.
 d. () Desvalorização da educação.
 e. () Outra razão: _____
 f. () Não se aplica.

3. SITUAÇÃO FAMILIAR E SOCIOECONÔMICA

3.1. SITUAÇÃO DE TRABALHO

- | | | |
|---|------------------------------|--------------------|
| a. () Trabalha com vínculo empregatício. | c. () Não está trabalhando. | e. () Aposentado. |
| B () Trabalha sem vínculo empregatício. | d. () Nunca trabalhou. | |

3.2. COM QUEM VOCÊ MORA ATUALMENTE?

- | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|----------------------|
| a. () Com pais. | c. () Casa de parentes. | e. () Sozinho. |
| b. () Com esposo(a) e/ou filhos. | d. () Casa do Estudante. | f. () Outros: _____ |

3.3. QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA, INCLUINDO VOCÊ? _____

3.4 COMPOSIÇÃO FAMILIAR (você e todas as pessoas que residem sob o mesmo teto, ligadas por laços sanguíneos ou afetivos)

Nº	NOME	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA BRUTA R\$
1		ALUNO				
2						
3						
4						
5						

* O calculo do Per capita é feito somando a renda familiar mensal de todas as pessoas que moram com você em sua residência (incluindo você), dividindo este resultado pelo número de pessoas (incluindo você).

TOTAL
*per capita

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO DOS SUJEITOS

I- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: _____
 Documento de Identidade nº _____
 Sexo: M () F ()
 Data de Nascimento: ___/___/___
 Endereço _____ Bairro _____
 Cidade _____ UF: _____
 CEP: _____
 Telefone _____
 Email _____

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

Título do Protocolo de Pesquisa: Da Legislação à prática: Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social.

Pesquisadora: Andréa Pinto Graça Parente; Av. Flamboyant, lote 20; Quadra 106; Bloco B; Apt. 1203; Águas Claras - Brasília - DF.

Cargo/Função: Assistente Social do Instituto Federal de Brasília. Aluna do Curso de Mestrado em Gestão da Educação Profissional de Tecnológica da Universidade de Brasília.

Avaliação de risco da pesquisa: não haverá risco para os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Duração da pesquisa: 5 meses

II- REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AOS SUJEITOS DA PESQUISA

A presente pesquisa objetiva analisar o Programa Auxílio Permanência da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília, para os estudantes em vulnerabilidade social.

Informamos que a principal técnica de pesquisa a ser utilizada será a entrevista semiestruturada, que realizaremos com alguns alunos, participantes do referido programa. Para que os nossos objetivos sejam alcançados, solicitamos o consentimento prévio das pessoas que serão entrevistados para documentar todas as falas através de gravação em celular.

Cabe registrar que não haverá nenhum tipo de dano físico ou moral que possa prejudicar qualquer participante, e que os resultados desta pesquisa só serão utilizados para cumprir os objetivos da mesma, que poderão contribuir para uma melhor compreensão da Política de Assistência Estudantil do IFB e mais especificamente, do Programa Auxílio Permanência. Informamos também que todos

terão liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar da pesquisa, se que traga qualquer prejuízo. As falas escolhidas durante as entrevistas serão tratadas de modo confidencial e sigiloso. Isto significa que nenhuma pessoa terá sua identidade revelada e que as falas não serão publicadas sem prévia autorização.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar do protocolo de pesquisa.

Local, _____, Data: ____/____/____

Assinatura do Sujeito da Pesquisador

Assinatura da Pesquisadora
Andréa Pinto Graça Parente

APÊNDICE G

FREQUÊNCIA E RENDIMENTO DOS ALUNOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA RELATIVO AOS PERÍODOS: 2011/2, 2012/1 E 2012/2

A1	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	6%	73,16
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	16,42%	71,16
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,3%	83,00
	Média Geral	9,9%

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A2	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,5%	60,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	14%	54,16
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	1,6%	67,67%
	Média Geral	7,5%

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A3	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	3%	72,33
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	2,14%	67,83
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	3,33%	83,60
Média Geral	2,83%	74,58

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A4	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	4%	68,66
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	10,58%	60,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	8,6%	77,50
Média Geral	7,72%	68,72

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A5	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,5%	71,50
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,5%	65,83
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	5,5%	80,50
Média Geral	6,83%	72,61

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A6	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15,25%	60,33
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,5%	62,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	65,50
Média Geral	7,58%	62,77

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A7	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	83,75
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	4,5%	80,85
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	2,0%	93,88
Média Geral	2,16%	86,16

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A8	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	3,0%	76,73
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	5,75%	86,68
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	79,75
Média Geral	2,91%	81,05

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A9	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	65,50
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	11,00%	67,80
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	3,66%	66,65

A 9 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A10	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	1,9%	63,28
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	67,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	0,95%	65,39

A10 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A11	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	2,14%	62,37
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,5%	83,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	4,82%	72,82

A11 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A12	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	14,16%	98,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	2,75%	70,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	12,75%	75,00
Média Geral	9,88%	81,00

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A13	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	4%	80,43
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	5%	83,40
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15%	99,00
Média Geral	8%	87,61

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A14	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	22,5%	65,18
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	4,7%	77,66
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	13,6%	71,42

A14 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A15	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	10,37%	65,75
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	16,07%	59,60
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	20%	79,00
	Média Geral	15,48%

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A16	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	3%	76,50
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	5%	76,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	Média Geral	4%

A16 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A17	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	17,2%	74,86
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	5,45%	82,75
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	20%	95,00
Média Geral	14,21%	84,20

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A18	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	8,8%	72,85
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	71,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	90,00
Média Geral	2,93%	78,11

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A19	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	1,6%	82,71
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	8,8%	81,80
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	Média Geral	5,2%

A19 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A20	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	18,25%	60,85
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	2,8%	66,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	Média Geral	10,52%

A20 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A21	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	19,4%	67,60
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	10,5%	65,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	14,95%	66,55

A21 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A22	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	22%	62,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	1,9%	69,16
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	11,95%	65,58

A22 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A23	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	12%	66,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	1,9%	73,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	6,95%	69,50

A23 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A24	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,5%	70,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	5%	80,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	6,25%	75,00

A24 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A25	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	17,29%	60,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	3%	77,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	Média Geral	10,14%

A25 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A26	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	11,5%	78,16
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15,8%	83,14
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	8,12%	81,85
	Média Geral	11,80%

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A27	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	16,42%	89,25
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15%	67,85
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	Média Geral	15,71%

A27 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A28	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	32,22%	65,20
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	12,5%	66,5
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	Média Geral	12,36%

A28 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A29	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	13,88%	81,80
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	8,57%	73,66
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	11,22%	77,73

A29 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A30	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	18%	56,66
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15%	80,92
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15,62%	84,00
Média Geral	16,2%	73,86

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A31	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	21,11%	78,40
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	12,14%	85,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	16,62%	81,17

A31 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A32	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	17,5%	74,66
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	20%	68,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	17,81%	72,28
Média Geral	18,43%	71,81

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A33	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	10%	73,16
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,5%	80,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	9,6%	81,85
Média Geral	9,03%	78,33

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A34	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	11%	82,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15%	91,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	19,06%	85,28
Média Geral	15,02%	86,09

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A35	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	16%	84,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	--	91,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	2,1%	90,00
Média Geral	6,03%	88,50

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A36	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	14,44%	73,60
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	23,57%	66,92
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	19%	70,26

A36 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A37	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	18,88%	73,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	8,5%	76,85
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	13,69%	74,92

A37 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A38	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	16,42%	73,75
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	7,2%	88,33
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	11,81%	81,04

A38 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A39	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15,6%	81,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	17,5%	68,20
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15%	90,00
Média Geral	16,03%	79,73

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A40	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	4,76%	81,66
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15,5%	80,65
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
Média Geral	10,13%	81,15

A40 ainda não concluiu o III Módulo

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A41	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	15,95%	74,16
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	13,92	84,50
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	12,5%	78,50
Média Geral	4,12%	79,05

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A42	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	16,4%	69,00
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	18,18%	67,85
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	21,4%	60,16
Média Geral	18,66%	65,67

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A43	Módulo I	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	12,89%	92,50
	Módulo II	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	4,66%	87,00
	Módulo III	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	5%	96,00
Média Geral	7,51%	93,81

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A44	FIC	
	Faltas Acadêmicas	Rendimento Acadêmico
	13%	82,00
	Média Geral	13%

Fonte: Dados coletados na Pesquisa de Campo realizada no período de janeiro a abril/2013.

A fórmula matemática usada para calcular a porcentagem das faltas foi: $(Y/X)*100$:

Sendo:

X= Número de horas aulas totais.

Y=Número de faltas.

A fórmula matemática usada para calcular a média escolar foi: (X/Y) :

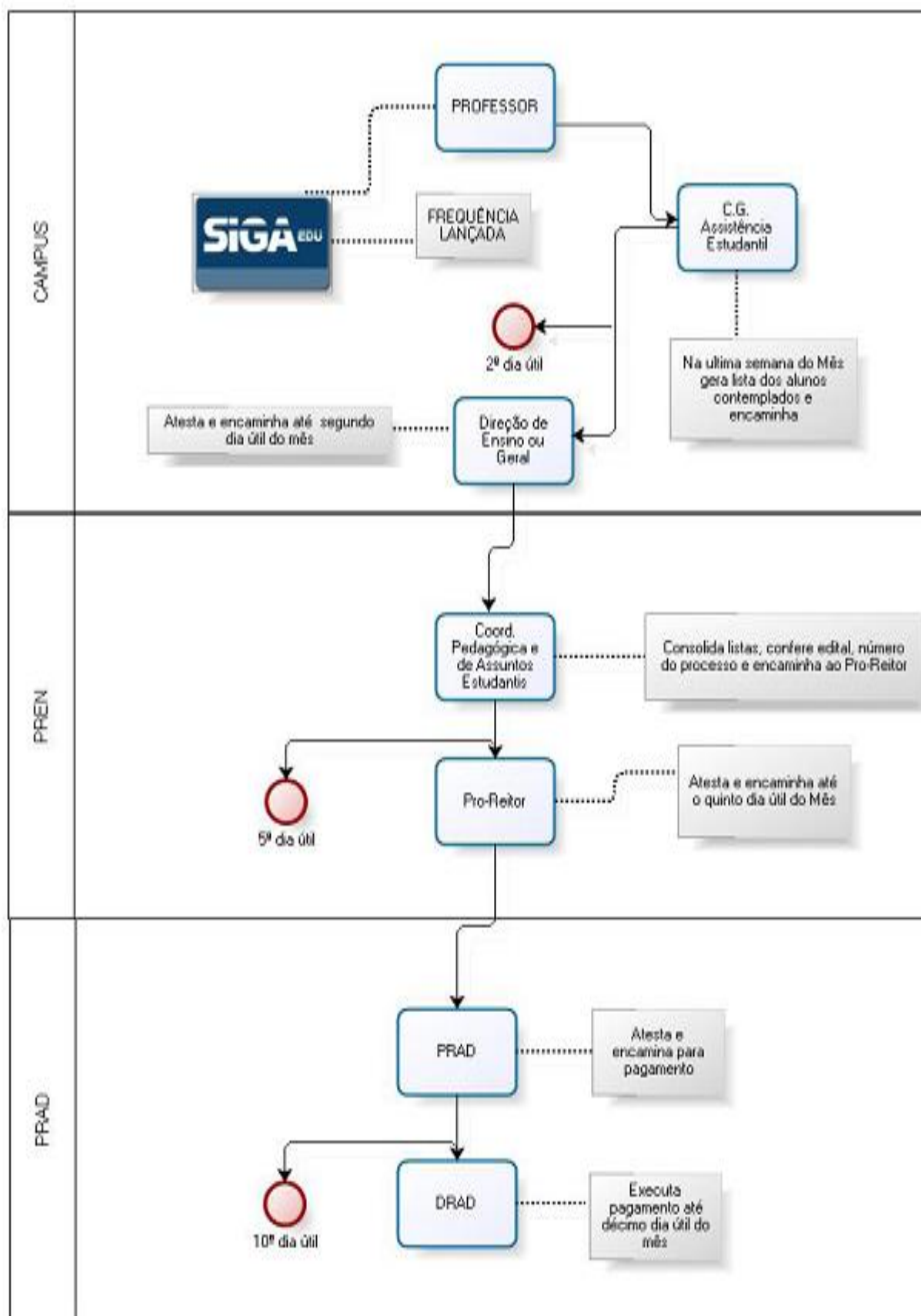
Sendo:

X=Soma de todas as notas obtidas.

Y=Soma das matérias.

Considera-se que cada falta corresponde a 1 (uma) hora/aula.

APÊNDICE H



Fluxo de pagamento do Auxílio Permanência Fonte: IFB, Portal (2013)